



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Cristovam Wanderley Picanço Diniz
Reitor

Telma de Carvalho Lobo
Vice-Reitor

CENTRO DE LETRAS E ARTES

Guilhermina Pereira Correa
Diretora

Célia Maria Coêlho Brito
Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em Letras

COMISSÃO EDITORIAL

Abdelhak Razky
Audemaro Goulart
Dileta Silveira Martins
José Guilherme Castro
Luis Antonio Marcuschi
Maria Lúcia Almeida
Patrick Dahlet
Vanderci de A. Aguilera

Angélica Furtado da Cunha
Benedito José Vianna da C. Nunes
Ingedore Villaça Koch
José Nivaldo de Farias
Maria Elias Soares
Myriam Crestian Cunha
Paul Rivenc

MOARA

Revista
dos Cursos
de Pós-Grad.
em Letras,
UFPA

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ISSN 0104-0944

MOARA – Revista dos Cursos de Pós-Grad. em Letras da UFPA. Belém, n.13, 135 p., jan./jun., 2000

Editor <i>Célia Maria Coêlho Brito</i>	Composição <i>Jorge Domingues Lopes</i>
Editor Convidado <i>Abdelhak Razky</i>	
Normalização <i>Hilma Celeste Alves Melo</i>	Revisão <i>Lairson Barbosa da Costa</i> <i>José dos Anjos Oliveira</i>

Correspondências Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA
 Centro de Letras e Artes – Campus Universitário do Guamá
 Endereço: Rua Augusto Corrêa, 1 Bairro: Guamá
 CEP 66075-110 Belém-Pará-Brasil
 Tel.: (091) 211-1501 – Fax: (091) 211-1499
 E-mail: mletras@ufpa.br
 Home page: http://www.ufpa.br/centros/cla/posgrad/mestrado_letras.htm

Catálogo	Biblioteca Setorial do CLA
MOARA. Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da UFPA. Belém: Editora Universitária / UFPA.	
n. 1 1993	n. 7 1997
Publicação interrompida de out./93 a set./94	n. 8 1997
n. 2 1995	n. 9 1998
n. 3 1995	n. 10 1998
n. 4 1995	n. 11 1999
n. 5 1996	n. 12 1999
n. 6 1996	n. 13 2000
Semestral	
1. Literatura-Periódicos. 2. Lingüística-Periódicos. I. Universidade Federal do Pará. Centro de Letras e Artes	
	CDD 805 CDU 8(05)

WEB SITE REVISTA MOARA

<http://revistamoara.vila.bol.com.br>

SUMÁRIO

Apresentação	V-VI
NOUVELLES TECHNOLOGIES, EFFICACITE, RENTABILITE? Robert Gauthier & Danielle Joulia	7-24
A INTERAÇÃO VERBAL E A NEGOCIAÇÃO DO CONFLITO Raquel Lopes	47-61
O PAPEL DA CORREÇÃO NAS NARRATIVAS CONVERSACIONAIS Maria Eulália Sobral Toscano	25-45
A PARTICIPAÇÃO DO INTERLOCUTOR NA CONSTRUÇÃO DO TÓPICO CONVERSACIONAL DENTRO DAS MODALIDADES SIMÉTRICA E ASSIMÉTRICA Marilúcia Oliveira	63-73
LES CONSTRUCTIONS RELATIVES ENCHÂSSÉES EN FRANÇAIS Abdelhak Razky & Abdelkhalek Razky	75-92
A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA E A VARIAÇÃO DAS MÉDIAS PRETÔNICAS Regina Celia Mendes Pereira	93-111
“AO VIVO” E “LEGENDADO”: DA TRANSCRIÇÃO À DIGITALIZAÇÃO DE DADOS DO ATLAS LINGÜÍSTICO SONORO DO PARÁ Orlando Cassique	113-122
A INCORPORAÇÃO DO ÍNDIO À HISTÓRIA NO DISCURSO QUINHENTISTA Luiz Carlos Fernandes	123-135

APRESENTAÇÃO

Este numero da revista MOARA apresenta oito artigos relacionados a diferentes aspectos de estudos de linguagem desenvolvidos na UFPA e em outras instituições — análise da conversação, análise de discurso, novas tecnológicas e ensino/aprendizagem, gramática funcional e variação fonética.

Em *O papel da correção nas narrativas conversacionais*, Maria Eulalia Sobral Toscano mostra que as correções, no universo narrativo, constituem estratégias de construção do texto falado nas dimensões textuais e discursivas. A autora investiga e exemplifica estratégias internacionais tais como o fornecimento de informação pertinente, o desfeito da ambigüidade, a mudança da perspectiva da narrativa e a legitimação do papel do falante narrador.

Luiz Carlos Fernandes apresenta um trabalho sobre *A incorporação do índio à história no discurso quinhentista*. O autor examina o relato cronístico de Gabriel Soares de Souza partindo de uma linha teórica da Análise do discurso e adotando conceitos como os de dialogicidade, heterogeneidade enunciativa, polifonia, lugar e situação de enunciação argumentativa do discurso e persuasão.

A interação verbal e a negociação do conflito, da autoria da Raquel Lopes, é um trabalho que procura mostrar marcas linguístico textuais que evidenciam estratégias discursivas através da análise de uma entrevista pelo atual prefeito de Belém Edmilson Rodrigues ao jornalista Mauro Bonna.

No seu artigo *A participação dos interlocutores na construção do tópico conversacional dentro das modalidades simétrica e assimétrica*, Marilucia Oliveira mostra como o uso do turno interfere durante a construção do tópico conversacional. A conversação é vista aqui como um processo dinâmico obedecendo a regras.

APRESENTAÇÃO

Em *Nouvelles technologies, efficacité, rentabilité?*, Robert Gauthier e Daniel Joulia questionam a relação entre internet, multimídia e interatividade para avaliar a eficácia e a rentabilidade das novas tecnologias no processo de aprendizagem. O artigo ressalta que o professor e o aluno devem dominar essa tecnologia pois um meio de produção de sentido não deve ficar nas mãos de alguns que empõem seus valores em nome do imperialismo de um saber superior.

Seguindo o modelo da gramática funcional de Simon Dik, Abdelkhalek Razky e Abdelhak Razky analisam o fenômeno da relativização através das relativas embutidas em francês. Os autores distinguem duas tipologias das orações relativas e apresentam as estratégias e regras de formação das construções relativas.

No seu trabalho intitulado “Ao vivo” e “Legendado”: da transcrição à digitalização de dados do Atlas Lingüístico sonoro do Pará, Orlando Cassique discute a possibilidade de evitar a intermediação representada pela transcrição fonética oferecendo um material “ao vivo” através de sistemas informatizados.

Por último, a revista inclui um artigo sobre *A harmonização vocálica das médias pretônicas* da autoria da Ferreira Regina Célia Mendes, que traz um estudo quantitativo da variação das vogais médias pretônicas /e/ e /o/, nos padrões silábicos CV e CVC do falar de João Pessoa-PB.

Com mais este número da revista MOARA, o curso Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA) espera enriquecer o debate sobre os estudos de linguagem com contribuições de instituições nacionais e internacionais. A comissão editorial espera também, nos próximos números da revista, contar com a colaboração de outras linhas de pesquisa sobre os estudos lingüísticos no Brasil.

Abdelhak Razky

NOUVELLES TECHNOLOGIES, EFFICACITE, RENTABILITE?

Robert Gauthier
Université Toulouse 2

Danielle Joulia
Université Toulouse 3

- RESUMO: *Internet, multimídia e a interatividade são termos que invadem o discurso sobre aprendizagem mas é raro avaliar a rentabilidade e eficácia das novas tecnologias segundo três perspectivas: do professor, do aprendiz e do responsável pela concepção e desenvolvimento. Um desvio do tipo ideológico passo a carga de trabalho do aprendiz ao professor e ao responsável pelo desenvolvimento. De um lado os problemas financeiros, os problemas de formação devem ser resolvidos, de outro lado a cooperação entre estes três atores de ensino/aprendizagem deve ser organizada para que as novas tecnologia tenham uma chance de provar suas eficiência. Mas qualquer que seja o modo de aplicação das novas tecnologias, um valor bastante esquecido é o esforço.*
- PALAVRAS-CHAVE: *Ensino/aprendizagem; Novas Tecnologias; Multimídia.*
- ABSTRACT: *L'Internet, le multimédia et l'interactivité sont des termes qui envahissent le discours sur l'apprentissage mais il est plus rare d'évaluer la rentabilité et l'efficacité des nouvelles technologies selon trois perspectives : celle de l'enseignant, celle de l'apprenant et celle du concepteur/développeur. Une dérive de type idéologique a fait passer la charge de travail de l'apprenant, à l'enseignant, au développeur. D'une part les problèmes financiers, les problèmes de formation devront être résolus, d'autre part la coopération entre ces trois acteurs de l'enseignement/apprentissage devra être organisée, si l'on veut que les nouvelles technologies aient une chance de faire la preuve de leur efficacité. Mais quelle que soit la manière dont elles seront mises en œuvre, une valeur trop souvent oubliée devra être réaffirmée, celle de l'effort.*
- KEY WORDS:

A une époque où la presse télévisuelle, écrite fait la part belle aux nouvelles technologies, au multimédia, au Web, il est temps de se demander s'il s'agit d'une mode ou d'un réel progrès dans le domaine de l'acquisition de savoirs et de l'apprentissage en général. On s'interrogera donc sur la facilité d'accès à ces technologies, leur coût et leur généralisation dans nos sociétés. Alors que nombre de catégories sociales sont en quête d'aide, il est de bon ton de faire de ces nouvelles technologies la réponse aux problèmes que rencontrent enseignants et apprenants dans leurs pratiques. On tentera d'en évaluer l'apport et la rationalité, tant du côté des concepteurs que des utilisateurs.

1 DE LA TOILE

Le développement de l'offre d'information sur la Toile est tel que le problème qui était posé pour l'hypertexte¹ est décuplé face au foisonnement des sites : comment ne pas se perdre dans la jungle des pages qui nous parlent de tout et des petits riens, au risque de nous noyer sous la masse des documents et des images. A un degré supérieur, les filtres² que l'on nous propose ne réussissent pas à réduire la déferlante d'informations vraies ou fausses, partiales ou objectives, désirées ou imposées. Il en est de même pour les moteurs de recherche³, métamoteurs de recherche,

¹ Système de navigation qui permet d'un simple clic sur un mot d'obtenir des informations supplémentaires.

² "Firewalls" institutionnels ou logiciels dédiés au filtrage de contenus tels Internetwatcher, Edunet, Cyberpatrol, Cybersitter.

³ Programme mis à disposition par un site Web permettant de répertorier les sites susceptibles de contenir l'information recherchée. Ces sites peuvent être généralistes ou spécialisés. Certains d'entre eux utilisent plusieurs moteurs de recherche différents, ce sont les métamoteurs.

moteurs de recherche spécialisés, les annuaires ou portails⁴ qui pullulent en ligne⁵ ou hors ligne, sans parler des agents⁶ dits intelligents.

Que choisir, où trouver le plus grand éventail de choix, comment ne pas renoncer devant la multiplicité et la complexité ? Avant de rechercher une information, il faut trouver l'annuaire qui permettra de choisir rapidement le moteur de recherche le plus efficace en fonction du thème de la recherche, mais pour trouver l'annuaire idoine, il faudra connaître l'annuaire des annuaires qui répertorie et classe les sites servant de portail. Que dire aussi des pièges qui attendent le cliqueur pressé, des images cliquables, des bandeaux publicitaires, des cadres qui ne permettent pas le retour en arrière ou qu'on enregistre par mégarde, des sites dont on ne peut plus sortir⁷ et d'autres encore ?

La multiplication des cadres qui rappelle l'esthétique des vidéo-clips dans le but de proposer la plus grande quantité possible d'options de navigation, sauf évidemment celle qui permettrait d'aller directement à l'information recherchée, fait que le regard se perd et s'empêtre dans les liens innombrables. L'impossibilité de savoir si l'offre d'un site est gratuite ou payante, les annonces trompeuses, tentantes, racoleuses ont fait de l'Internet une foire multicolore, bruyante plus apte à désorienter nos sens, qu'à nous mettre sur le chemin d'un savoir pertinent...

Il y a quelques décennies, les chercheurs demandaient qu'on instruisse les enfants dans l'art de lire les images. Va-t-il

⁴ Sites ayant fait l'inventaire des adresses Internet spécialisées dans un domaine donné et qui constituent un point de départ pour une recherche plus approfondie.

⁵ Voir le site <http://www.univ-tlse2.fr/gril/acess.htm>

⁶ Petits programmes robots qui circulent sur l'Internet pour collecter de l'information.

⁷ Spécialité des sites pornographiques qui oblige à quitter le navigateur pour ne plus voir se réafficher leur page d'accueil.

falloir bientôt enseigner les stratégies de recherche sur l'Internet pour éviter un énorme gaspillage de temps ? Ou bien la "Toile sémantique"⁸ va-t-elle pouvoir être tissée, qui obligera toute information à être balisée par des marqueurs thématiques, comme le langage HTML⁹ définit la présentation typographique des contenus.

On pourrait se prendre à regretter les débuts du Web, lorsque seuls les spécialistes proposaient des informations savantes, et que le HTML ignorait Javascript, ActiveX, PHP et autres langages qui déroutent les vieux navigateurs qui traînent encore sur nos pauvres petits ordinateurs achetés il y a cinq à dix ans. S'il faut posséder l'ordinateur dernier cri, et la dernière version qui pèse plusieurs mégaoctets et qui prend plus d'une heure à télécharger avec notre vieux modem poussif, l'accès à l'information revient très cher, même si le coût des communications locales baisse de plus en plus. Pourtant, on ne paye plus nos navigateurs depuis un certain temps. Eudora, le logiciel le plus utilisé pour le courrier électronique est maintenant gratuit ; par contre si l'on prend la mauvaise habitude de taper son courrier en ligne grâce aux pages spécialisées des fournisseurs d'accès, c'est la note de téléphone qui augmente rapidement

Certaines entreprises empêchent l'accès à l'Internet, car elles se sont rendu compte que les employés passaient trop de temps en ligne et leur productivité s'en ressentait. De même, certains départements universitaires limitent ou interdisent aux étudiants l'accès à l'Internet car ceux-ci ont tendance à visiter des sites sans relation avec leur discipline ou à entretenir des relations

⁸ Le "Semantic Web" est un concept qui permettra aux ordinateurs de comprendre l'information qu'ils reçoivent ou envoient. Ceci permettra un filtrage plus efficace de l'information véhiculée.

⁹ HyperText Markup Language : langage permettant de créer des documents hypertextuels sur le Web.

épistolaires avec leurs amis ou encore à intervenir sur des forums dont l'intérêt pour leurs études est plus que relatif.

Quant aux pays du tiers-monde, on sait que la fiabilité du téléphone est souvent prise en défaut, que le coût est prohibitif, et qu'une frange extrêmement réduite de la population peut y avoir accès. C'est pourquoi l'ouverture de cyber-cafés est souvent devenue un "business" qui n'a encore d'intérêt que pour quelques privilégiés.

2 DES DIDACTICIELS

A quoi sert donc l'informatique ? Réponse, elle déplace la charge de travail et déresponsabilise l'utilisateur. Par utilisateur, nous voulons dire la personne qui utilise l'ordinateur dans le cadre de son travail au service d'autrui. Prenons un exemple dans l'enseignement. Ce n'est plus l'enseignant qui prépare, organise la matière à enseigner. Le travail a été fait par quelqu'un d'autre, par un groupe de compétences diverses et cas plus rare par un ou deux enseignants possédant à la fois les compétences pédagogique et informatique. Deux cas se présentent alors.

2.1 LE MEILLEUR DES CAS

Le logiciel a été bien pensé, dans le sens où il correspond aux objectifs pédagogiques de l'enseignant, et bien réalisé. Toutes les erreurs ont été prévues, erreur de manipulation ou erreurs sur la matière à enseigner, la présentation a permis une navigation facile à l'intérieur même de l'exposé du sujet et entre l'exposé et les exercices d'application. Les écrans ont été soigneusement élaborés

tant pour ce qui est des couleurs, de la disposition des textes et des images que pour la progressivité des informations. L'apprenant se trouve dans une situation optimale d'apprentissage, il peut avancer à son rythme, revenir en arrière, recommencer, avancer plus rapidement, demander un supplément d'information. Tout ceci est rendu possible par l'hypertexte.

Les exercices d'entraînement sont faits de telle sorte que les erreurs commises par l'apprenant sont signalées en mettant en surbrillance les mots erronés, en indiquant l'endroit où il manque un élément. L'erreur n'est plus une "faute", ni sanctionnée négativement, ni dévalorisante. Elle est partie intégrante de tout apprentissage. L'apprenant peut donc commettre un certain nombre d'erreurs qu'il corrigera lui-même et ainsi il réussira dans sa tâche et sera encouragé par l'affichage d'une fenêtre le complimentant et/ou par des applaudissements préenregistrés, ou par toute autre manière de renforcer son ego, de lui redonner confiance en lui-même, et ainsi de créer un climat propice à l'acquisition de connaissances.

Si l'apprenant n'arrive pas à faire correctement la tâche imposée, le "*deus ex machina*" lui conseillera de revoir les informations initiales et le conduira là où se trouve la règle qu'il n'a pas su appliquer. En dernier recours, il pourra voir la solution à son problème et passer à la tâche suivante.

La diversité des exercices est telle que l'apprenant ne pourra pas s'ennuyer et les tâches proposées par chaque exercice pourront être présentées dans un ordre prédéfini ou de manière aléatoire. En outre, offrir un nouvel environnement d'apprentissage, où il n'y a de face de face qu'avec l'ordinateur, est plus motivant que le rapport au manuel scolaire classique. Il en résulte qu'il existe moins d'opportunités de voir l'attention de l'apprenant détournée de sa tâche principale, et que pour chacun d'entre eux, le rapport au savoir n'est plus médiatisé par une seule

et même personne mais par une interaction personnelle avec un ordinateur. Ce qui n'exclut pas qu'ils puissent communiquer, s'entraider, sans que cet échange ne brouille la transmission du savoir sur un mode traditionnel (professeur-élèves).

Un test final pourra terminer l'entraînement, qui permettra de noter l'apprenant et à l'enseignant de vérifier les progrès réalisés. Ce test reprendra les principales difficultés du sujet qui seront présentées une à une à la sagacité du sujet testé. Celui-ci pourra, à loisir et sans limite de temps, revenir sur son travail et le corriger. Lorsqu'il jugera qu'il est satisfait de ses réponses il pourra voir le score qu'il a réalisé, les erreurs qu'il a commises et ce qu'il aurait dû répondre. Les erreurs seront signalées par des procédés divers pour le bénéfice conjoint de l'apprenant et de l'enseignant. Il ne restera plus qu'à imprimer ce dernier écran où l'on retrouvera la production de l'apprenant avec les erreurs signalées, un corrigé type, l'identification de l'apprenant et le score alloué par le logiciel. On voit bien combien l'automatisation des tâches simplifie celle de l'enseignant à tous les niveaux.

La conception du cours, la supervision du travail de chacun des apprenants, la correction de leurs travaux ne seront plus le fait de l'enseignant qui n'aura plus besoin d'occuper le haut de la salle de classe coincé entre son bureau où s'étale sa préparation et le tableau blanc ou noir où se fait, dos tourné au public, le travail de présentation et d'explication de la matière. Il n'est plus, comme on l'a souhaité, le transmetteur exclusif de connaissances mais un facilitateur d'apprentissage.

Il sera derrière l'élève, espèce d'ange gardien, conseiller bienveillant, compagnon d'infortune quand l'ordinateur refuse de fonctionner ou que le logiciel bogue. Il pourra être plus près de chaque élève pour répondre à toute question et à tout besoin spécifique, apaiser toute inquiétude, médiatiser toute incompréhension.

La situation est presque paradisiaque pour tous les acteurs de cette scène. Les concepteurs du didacticiel s'enrichissent, les apprenants apprennent, et les enseignants respirent. La pédagogie différenciée y peut enfin trouver sa place. Alors où est le problème, où sont les problèmes ? La réponse à cette question demande d'examiner le pire des cas.

2.2 LE PIRE DES CAS

Pour les concepteurs de didacticiel, il existe beaucoup de pièges que même les très grosses entreprises ne réussissent pas à éviter. Quand un logiciel est mis sur le marché, il se révèle presque toujours être bogué. On pense immédiatement à toutes les nouvelles versions de Windows ou de Word.

La conception d'un didacticiel, surtout s'il doit corriger efficacement toutes les erreurs possibles en relation avec l'utilisation du langage naturel, est extrêmement délicate. Le risque est de ne pas corriger certaines erreurs qui n'avaient pas été prévues, ou de ne pas avoir prévu les variantes possibles qui ne constituent pas des erreurs. Le temps passé à la conception du logiciel n'est rien comparé au temps passé à corriger le logiciel. De plus, corriger un logiciel est un travail extrêmement délicat, tout changement dans la programmation est susceptible de causer de mauvais fonctionnements ailleurs dans les scripts ou le programme. La programmation objet (C++) ou pseudo-objet (Hypertalk, Openscript) a sans doute limité les dégâts causés par le moindre changement car seul un objet est en cause et non la totalité de l'application.

En fait, un logiciel se corrige et évolue à la demande des utilisateurs. Les utilisateurs, s'ils sont clients ou simples

apprenants, n'apprécient pas toujours de devoir servir de cobayes et le fait qu'un logiciel ne fonctionne pas correctement apparaît à leurs yeux comme un affront personnel que leur ferait la machine où comme une arnaque commerciale.

Il devient alors évident que le prix à payer pour un didacticiel performant reste assez peu abordable. D'autant plus s'il s'agit d'un cours complet qui comprend plusieurs leçons avec exercices de toute nature. La tendance à laisser le soin de produire *du* logiciel éducatif à des entreprises commerciales, la possibilité de vendre ce logiciel sur un support simple, maniable et peu coûteux, entraîne la prolifération de produits où l'esthétique, la performance technique et l'aspect ludique l'emportent sur les qualités didactiques et justifient le prix demandé.

Il va sans dire que les versions *bêta*¹⁰ de tels logiciels sont difficiles à mettre au point et que l'expérimentation avec un nombre suffisant d'apprenants est soit coûteuse, soit réduite ou même escamotée. Le produit final ne sera jamais adapté à un public spécifique forcément réduit mais restera un produit standard pour des apprenants standardisés.

Même si les logiciels sont bien conçus, il n'est pas garanti que les apprenants puissent en bénéficier complètement. Ces derniers ne sont pas toujours capables de se référer aux règles présentées par le didacticiel et un recentrage en classe s'avère ensuite utile pour reformuler ces règles et les assimiler. Le logiciel, quelles que soient ses qualités propres, ne peut constituer à lui seul une réponse unique et totale au problème de l'acquisition de connaissances et ne doit être qu'un outil parmi d'autres au service de la pédagogie.

La question reste posée de savoir pourquoi les résultats des apprenants ne sont pas ceux que l'on aurait pu escompter,

¹⁰ Version d'un logiciel fournie aux testeurs.

puisque l'ordinateur leur a permis d'avancer à leur propre rythme. Est-ce au niveau de la conception ou de l'utilisation du didacticiel qu'on peut trouver les causes de ces dysfonctionnements ? Pour ce qui est des utilisateurs, celui qui respectera les consignes d'utilisation, telles que se référer à la partie leçon, lorsque c'est nécessaire, aura plus de chances de profiter du didacticiel et d'intérioriser les règles. En revanche, celui qui, par paresse ou suffisance, ne consultera pas les explications données dans la leçon et répondra au hasard, ne fera guère de progrès. Il s'agit aussi de faire la différence entre ceux qui acceptent de travailler de manière autonome et en tirent le maximum de profits et ceux qui n'arrivent pas à briser avec leur habitude ancienne d'avoir recours au professeur et qui n'exploitent pas les possibilités du didacticiel.

Devant des logiciels et/ou des matériels ou des apprenants à problèmes, le rôle de l'enseignant se transforme. Il devient un spécialiste du logiciel et/ou du matériel et son temps est accaparé par la surveillance des apprenants pour utiliser au mieux le didacticiel et pour les empêcher de faire les manœuvres qui induisent les bogues, ou plantent l'ordinateur.

2.3 LOGICIEL AUTEUR

On pourrait penser que la solution consiste à donner à l'enseignant la possibilité de créer ses propres didacticiels selon ses besoins et la spécificité de son public, notamment lorsque rien n'existe sur le marché, qui corresponde à ses attentes spécifiques, par exemple en langue de spécialité. Le marché offre un certain nombre de logiciels qui permettent de construire relativement facilement le didacticiel adapté à une situation d'enseignement particulière. Il en existe trois types.

D'abord les poids lourds, encore appelés trivialement "usines à gaz". Ce sont des logiciels coûteux à l'achat et/ou à la formation de l'utilisateur (CourseBuilder, Authorware, Speaker, Smartclass,...). Ces logiciels nécessitent très peu de programmation ou même pas du tout. Tout se fait en cliquant sur des boutons, des menus, des listes, des fenêtres... Ils permettent d'intégrer facilement du son, des images, de la vidéo et du texte. Ce type d'outil est plus adapté à une cellule dédiée à la production de matériel pédagogique comme on en trouve dans les Centres Hospitaliers Universitaires, et parfois dans les universités, qu'au développeur solitaire. L'investissement financier et en ressources humaines est important et ne peut être envisagé que dans le cas d'un enseignement touchant un public suffisamment large.

Pour un moindre coût, qui reste malgré tout assez élevé dans certains cas (ToolbookII, Director), il est possible d'utiliser des logiciels (Hypercard, Supercard, Toolbook), qui permettent de construire un cours très complet relativement facilement, mais qui demandent de savoir programmer des langages de script (Openscript, Hypertalk, Lingo). Ces outils de développement permettent de créer tous les modules nécessaires pour un didacticiel (présentation, navigation hypertextuelle, exercices, correction, impression, intégration du son et de l'image,...) et ils peuvent être portés sur l'Internet où ils fonctionnent à partir d'un navigateur (Netscape, Internet Explorer), grâce à l'utilisation d'un module externe (Plugin) livré gratuitement. Cette solution pourrait être idéale, mais elle implique, en amont, que les enseignants disposent de temps, d'argent, et d'une formation adéquate et ciblée à la programmation.

Il existe aussi un troisième type de logiciel (Astound, Applemedia, Clarisworks, Powerpoint...) qui permet la présentation d'informations (texte, son, image, vidéo) sous forme de diaporamas grâce à une navigation d'écran en écran. Ces

logiciels ne coûtent pas trop cher, mais leurs possibilités sont limitées, bien qu'ils ne soient pas à dédaigner car ils peuvent être mis à la disposition des apprenants qui ont la possibilité de s'y référer à loisir et l'investissement temps/argent pour le concepteur est raisonnable. Ils font partie de ce que nous appelons de nos vœux, c'est-à-dire le "Selfmédia".

3 LA PANACEE MULTIMEDIA ET LE TIC INTERACTIF

Deux mots ne cessent de réapparaître dans les discours de tout un chacun. Par multimédia on désigne des productions soit en ligne sur la Toile, soit sur des supports qui permettent d'obtenir avec un ordinateur des représentations textuelles, sonores et imagées d'un thème quelconque. Il s'agit en fait de réunir du texte, des sons, de la parole, des images fixes ou animées en un tout qu'on peut appeler hypermédia. Les textes, les sons, les images sont reliées par un système de navigation, qui à partir de fichiers de textes, de fichiers images ou de fichiers sons, libère l'apprenant /spectateur/acteur de la contrainte de la linéarité. Une certaine forme de liberté de choix est offerte qui détermine un accès à l'information et un apprentissage moins directif que le livre.

Cette liberté, comme toute forme de liberté¹¹ peut avoir des conséquences fâcheuses pour le néophyte qui souhaiterait ou devrait bénéficier d'un guide qui lui évite de se perdre en chemin...

Le multimédia et la navigation hypermédia, qui d'un simple clic vous transportent vers des textes complémentaires, vers

¹¹ L'enfant n'est pas une personne, il n'est encore personne et c'est un crime de lui laisser croire que ses pulsions sont respectables, qu'il est déjà formé avant toute formation et que sa parole et ses choix valent ceux des adultes. C'est l'empêcher de se développer et le garder à un stade inférieur, au niveau d'un matériau brut.

une illustration fixe ou animée, vers un petit film vidéo, risque pense-t-on de saturer les sens de l'apprenant et de nuire ainsi à l'acquisition des connaissances. La diversité multicanal n'est pas en elle-même un inconvénient. L'être humain est habitué à prendre connaissance du monde qui l'entoure avec tous ses sens et l'ordinateur ne fait que reproduire cette richesse informative de l'environnement. Les ordinateurs se sont même mis à émettre des odeurs. Le rêve mythique de créer une intelligence artificielle qui imite la vie et l'homme en particulier, suscite sans doute ces innovations. On commence même grâce à des capteurs corporels qui déterminent la fatigue et l'émotivité de faire que l'ordinateur adapte le flot des informations et la forme de présentation à l'état psychique de l'apprenant. Le danger n'est donc pas dans l'accès multicanal à l'information, mais dans une esthétique et un rythme de présentation de celle-ci sur l'écran¹². Les tendances modernes héritées du vidéo-clip surchargent trop souvent les pages écrans et l'utilisation des couleurs et des formes ne répond pas à une nécessité pédagogique mais à une dérive ludique. Le multimédia doit être maîtrisé, l'image ne doit pas l'emporter sur le texte qui restera toujours le plus efficace moyen de comprendre, de réfléchir, d'analyser, de critiquer. La recherche d'une soi-disant perfection formelle se fait au détriment du contenu. Ceci est valable aussi bien pour le multimédia en ligne (la Toile) que pour le hors-ligne (cédéroms et dévédés¹³). La différence entre les deux tend d'ailleurs à s'estomper, dans la mesure où une partie de l'information proposée par le hors-ligne fait appel à une connexion vers des sites de la Toile ; ce qui pour l'utilisateur présuppose qu'il puisse s'y connecter et induit un coût supplémentaire à ajouter au prix d'achat du cédérom ou dévédé.

¹² Voici un extrait de la critique d'un cédérom pour enfants : "Un jeu de piste au graphisme impeccable où tout est proposé, et rien n'est imposé" qui résume bien l'idéologie environnante.

¹³ Le dévédé ou DVD (Digital Versatile Disk) est la Rolls Royce des cédéroms.

Le deuxième mot souvent utilisé pour vanter les avantages du multimédia est "interactif". L'interactivité dans sa forme la plus banale est le clic de la souris. On clique des boutons, des listes déroulantes, des menus pour sélectionner ce à quoi on veut avoir accès, pour choisir une réponse, pour changer de page, pour envoyer une information. Le clic est devenu un moyen d'investigation quasi réflexe qui obéit plus souvent à la curiosité ou à la maladresse qu'à une volonté réfléchie. Le clic constitue une économie d'effort par rapport à l'écriture d'un mot ou d'une phrase.

Or il est bien connu que l'effort fourni pour acquérir une connaissance influe sur la mémorisation de cette connaissance. La paresse de nos apprenants et leur méconnaissance du clavier sont souvent un handicap lorsqu'on les met en situation d'apprentissage devant un ordinateur. Il est même remarquable qu'il est difficile de leur faire lire les informations dans une fenêtre d'ordinateur. Ils cliquent sans se préoccuper des conséquences de leur action et s'étonnent, par exemple de ne pas retrouver sur le bureau ce qu'ils viennent d'enregistrer dans un dossier à l'intérieur d'un autre dossier.

On nous rebat les oreilles des prodiges accomplis par nos enfants à l'aide de la souris, mais est-ce bien là une compétence exploitable pour un apprentissage sérieux ?

La fascination pour le multimédia et l'interactivité ne doit pas masquer la nécessité de repenser les contenus et leur mode de présentation en fonction d'objectifs pédagogiques spécifiques. Cliquez, cliquez encore, il n'en restera pas forcément quelque chose.

L'interactivité ne pourra se passer d'une étude sérieuse sur les échanges langagiers possibles entre l'apprenant et le didacticiel, sur la prévision des erreurs, des incompréhensions possibles, des difficultés avérées du plus faible des apprenants. Il

ne faut pas oublier que comme tout dispositif d'aide à ceux-ci, il bénéficie surtout à ceux qui en ont le moins besoin. Les recherches sur l'efficacité d'un enseignement aidé par ordinateur en ont largement fait la preuve¹⁴.

Oublions un instant les apprenants pour nous intéresser aux concepteurs de produits multimédias. L'enseignant seul ne pourra jamais rivaliser avec une équipe dont le but est de commercialiser un produit.

Le recours à la parole, à la vidéo, aux images et même aux textes demande un matériel coûteux, des logiciels complexes, et un investissement en temps très lourd, sans parler du problème de la validation du produit par des tests en situation réelle. Quel enseignant va tester son produit bogué sur ses propres apprenants ? Il risque fort de les décourager et de se décourager.

Le multimédia en ligne est encore moins facile à réaliser. Il requiert des connaissances et des compétences variées et nombreuses. Le choix et la combinaison de langages (PERL, PHP, Javascript, Java, ActiveX, ASP, Visual Basic, Openscript, Hypertalk, Lingo...), les logiciels (Toolbook, Supercard, Director,...), les modules externes et applications à installer (Quicktime, AVI, Realplayer, Neuron, Supercard WEB,...) constituent un frein au développement par un individu ou deux de produits multimédias.

L'enseignant et ceux dont il a la charge sont réduits au rôle de consommateur. On se prend à rêver de voir apprenants et enseignants réaliser ensemble le didacticiel dont ils ont besoin. Il est vrai que dans le primaire ce rêve se réalise parfois...

L'autre rêve est peut-être plus réalisable. Si l'on va se promener sur l'Internet dans les archives pour PC ou pour Mac, on

¹⁴Voir Giardina Max, *L'interactivité, le multimédia et l'apprentissage*, L'Harmattan, 1999.

trouvera des banques de didacticiels (en anglais la plupart du temps) libres de tout droit. Ces petits didacticiels qui traitent du langage, de mathématiques, de géographie, etc., qui utilisent à bon escient toutes les technologies informatiques disponibles, qui sont conçus par des enseignants ou des spécialistes d'une matière, devraient être plus souvent utilisés. Si des enseignants de tout horizon mettaient à la disposition de tous ces petits didacticiels qu'on pourrait appeler "selfmédias" — en souvenir de ce que les pédagogues canadiens ont préconisé pour la réalisation, en vidéo légère et par tous, de documents éducatifs — alors les problèmes de rentabilité et d'efficacité tendraient à disparaître, même si les produits proposés ne présenteront pas les mêmes qualités formelles que les produits issus d'une logique marchande, soucieuse de modes, de tendances et de rentabilité, qui baigne dans l'idéologie didactique du moment.

4 POUR CONCLURE

L'enseignant a-t-il raison d'avoir recours aux Nouvelles Technologies Educatives, d'y consacrer un temps considérable en amont pour se libérer en aval ? Comme nous l'avons vu, proposer un environnement d'apprentissage multimédia sur mesure n'est pas systématiquement rentable du point de vue de l'investissement en temps du professeur/concepteur et n'est pas forcément efficace du point de vue de l'acquisition de connaissances chez nos apprenants. Cependant, le sacro-saint "temps de parole" respectif de l'enseignant et de l'apprenant, si souvent retenu comme un critère de qualité de cours, du moins en classe de langue, dans le sens où plus le professeur parle, moins les élèves ont la possibilité de s'exprimer, d'agir, de réfléchir. Dans un contexte d'apprentissage multimédia, ce temps d'activité est optimisé pour

tous les apprenants et égal pour chacun d'entre eux. En effet, chacun face à son ordinateur, devient véritablement acteur dans sa situation d'apprentissage, une heure passée devant la machine correspond effectivement à une heure de production. Le temps de travail de chaque apprenant n'est pas amputé par celui de ses pairs ni par celui de l'enseignant. Chaque élève est actif et c'est peut-être là que réside l'apport le plus important des Nouvelles Technologies Educatives, dans la possibilité d'offrir à chacun une opportunité égale de production, qui ne se limite pas à quelques minutes dans un cours d'une heure, et ainsi de lutter contre la passivité habituelle de nos apprenants face à l'enseignant, même si les apports à long terme de ces nouvelles technologies n'ont pas encore été clairement démontrés.

Alors, faut-il craindre, se réjouir, rester indifférent face à ces nouvelles technologies ? Faut-il déplorer que le manuel risque d'être relégué au rayon des antiquités ? Comme pour le tabac, c'est l'abus qui est dangereux.

L'Ecole ne peut pas faire l'économie d'une révolution technologique et marchande qui pénètre tous les secteurs de la société. Mais il est impératif que ces techniques soient maîtrisées, par tous les enseignants d'abord, mais aussi par les apprenants afin d'échapper au rôle servile de consommateur. Un moyen de production de sens ne doit pas être laissé entre les mains de quelques-uns qui nous imposeraient leurs valeurs au nom de l'impérialisme d'un savoir-faire supérieur. L'esotérisme et le jargon afférent de ces nouvelles technologies sont la marque de l'inévitable tentation de baliser un territoire pour en exclure celui qui n'appartient pas à la confrérie. Il faut accompagner ces innovations tout en restant vigilant face à la fascination hypnotique des rythmes, des images et des sons qui tendraient à nous faire oublier la valeur de l'effort.

BIBLIOGRAPHIE

- BENSON, P., VOLLER, P. *Autonomy and Independence in Language Learning*. Longman: Harlow, 1996.
- BRANDL, K. K. «Strong and weak students' preferences for error feedback options and responses». *The Modern Language Journal*, 79 (2), 1995, p.194-211.
- BRETT, P., NASH, M., *Multimedia Language Learning Courseware: a design solution to the production of a series of CD-ROMs*. Computers in Education, 1998.
- BRETT, P. «Using multimedia : an investigation of learners' attitudes». *Computer Assisted Language Learning Journal*, 9 (2), 1996, p. 191-212.
- CARRIER, J.-P. *L'école et le multimédia*. Paris: Hachette Education, 2000.
- COLLECTIF. *Apprendre avec le multimédia, où en est-on ?* Paris: Retz, 1998.
- DAVEY, D., GADE K., FOX, J. «Multimedia for language learning : Some design issues.» *Computer assisted language learning* 8 (1), 1995, p. 31-44.
- DEVAUCHELLE, B. *Multimédiaser l'école*, Collection Pédagogie pour demain. Paris: Hachette Education, 1999.
- EDWARDS, Alistair D. N., HOLLAND, Simon (ed.). *Multimedia interface design in Education*. Berlin: Springer-Verlag, 1992.
- GIARDINA, Max. *L'interactivité, le multimédia et l'apprentissage*. Paris: L'harmattan, 1999.
- LANCIEN, T. *Le Multimédia*. Paris: CLE International, 1998.
- MAYER, R. E., «Multimedia learning: Are we asking the right questions ?». *Educational Psychologist*, 32 (1), 1997, p. 1-19.

O PAPEL DA CORREÇÃO
NAS NARRATIVAS CONVERSACIONAIS

Maria Eulália Sobral Toscano
Universidade Federal do Pará

- **RESUMO:** *A correção é uma estratégia de construção do texto falado que tem em vista a realização do projeto de fala do falante. Ela opera nas duas dimensões do fazer lingüístico: a textual e a discursiva. Nas narrativas conversacionais, está a serviço tanto do provimento e organização dos conteúdos referenciais quanto das relações intersubjetivas que se estabelecem na enunciação, caracterizando-se por ser multifuncional.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Língua Falada; Correção; Narrativa Conversacional.*
- **ABSTRACT:** *Correction is a strategy of construction of the spoken text which aims at realizing the speech project of the speaker. It operates in the two dimensions of the linguistic doing: the textual and the discursive. In conversational narratives, correction is characterized by its multifunctionality: it is at the service of the provision and the organization of the referential meanings as well as of the intersubjective relationships that are established in the enunciation.*
- **KEY WORDS:** *Spoken Language; Correction; Conversational Narrative.*

INTRODUÇÃO

As atividades de produção de sentido (escolhas dos falantes) são, *lato sensu*, cognitivas (facilitam a compreensão) e interacionais (estão em função da interação). Como na conversação, a compreensão do que é dito é negociada *pari passu* à produção e à medida que a interação progride, a correção constitui uma estratégia emergente dessas circunstâncias interacionais, servindo como suporte natural que evidencia como o locutor quer ser compreendido, compreende o outro e percebe a situação comunicativa. Nes-

se particular, ela está a serviço tanto da propriedade das informações providas e da condução do tópico discursivo quanto das relações intersubjetivas.

Considerando as condições de produção do texto falado, as correções, nas narrativas conversacionais, tem o papel de prover e organizar os conteúdos referenciais e de contribuir para a tessitura do texto das relações interpessoais.

Investiga-se assim a correção no universo narrativo sob uma perspectiva textual-interativa, uma vez que se privilegia o texto, enquanto objeto de significação, como produto de uma atividade interacional do indivíduo.

1 O CORPUS

As narrativas, selecionadas para este estudo, fazem parte de três inquéritos constantes do *corpus* da tese de doutorado de Toscano (1999).

Os informantes têm nível universitário, situam-se em uma faixa etária que varia dos 20 aos 32 anos e mantêm entre si laços estreitos de amizade.

A interação entre eles se dá de maneira bastante informal e descontraída, à semelhança de alguns de nossos encontros em práticas do dia-a-dia.

Em dois dos inquéritos (2096FEU04 e 2096FEU11), não há a figura institucionalizada do documentador; em outro (2096FEU06), o documentador abdica de seu papel e assume o de informante, participando do evento da mesma forma como aquele o faz.

2 AS NARRATIVAS CONVERSACIONAIS

Observa-se que os participantes de uma conversa contam, com muita frequência, histórias que remetem às transformações sucessivas operadas nos estados de coisas referidos pelo discurso. Essas narrativas, às quais os interactantes reagem positiva ou negativamente, são *localmente ocasionadas*, posto que são suscitadas por algo dito em um dado momento da interação, e, *seqüencialmente implicativas*; porquanto as técnicas que as introduzem estabelecem uma relação de propriedade entre elas e o tópico anterior ou em andamento (Jefferson, 1978).

O falante, ao narrar, normalmente recria os acontecimentos de forma que os interlocutores “vêem” desfilar diante de seus olhos as cenas, tornando-se assim espectadores dos eventos narrados. Dessa maneira, os fatos contados são revividos por meio de uma “narração cênica” (Müller, 1992) cuja dramatização desperta no ouvinte emoções que contribuem para o envolvimento deste com o que está sendo dito assim como fazem valer o ponto de vista daquele que narra.

Dentre os fenômenos emergentes nas narrativas conversacionais, destaca-se a correção como uma estratégia discursiva que tem em vista o projeto de fala daquele que narra.

3 A CORREÇÃO

A correção no texto falado tem sido caracterizada em termos de traços semânticos e formais¹: aqueles concorrem para criar relações semânticas de contraste entre dois enunciados e estes materializam-se nas marcas que indiciam essas relações. O con-

¹ Cf. Barros (1993), Fávero *et al.* (1996), Toscano (1999).

traste e as marcas relacionam, portanto, uma formulação (F_2) à outra (F_1), anterior na cadeia textual.

O contraste estabelecido entre essas duas formulações assume matizes diferenciados: há momentos de clara oposição, geralmente quando há incompatibilidade de ordem sêmica, morfosintática, informacional ou segmental (problemas de articulação), e há momentos de não oposição, quando o falante opta por uma outra direção discursiva (muda o rumo da conversa).

Esses diversos graus de contraste não são estabelecidos unicamente pelos traços semânticos dos enunciados, eles são, grande parte, e, sobretudo, instituídos por marcas que têm por finalidade orientar os falantes para o tipo de ato que está sendo realizado. Em outros termos, essas marcas canalizam para a identificação das ações executadas, pois são os sinais por intermédio dos quais os falantes “mostram” para seus parceiros que atividade está em curso, como a formulação deve ser entendida e como cada enunciado se relaciona com o que o antecede e o segue. Elas desempenham, em consequência, um papel fundamental na interação, uma vez que criam o próprio contexto no qual a mensagem verbal é para ser compreendida.

E é justamente este o papel das marcas da correção: favorecer o reconhecimento do ato corretor, indiciando relações semânticas de contraste entre F_1 e F_2 , isto é, estabelecendo uma predicação de não identidade entre elas (Gülich & Kotschi, 1987, p. 48). Sob esse ângulo, o locutor sinaliza, por meio das marcas, sua decisão pela segunda formulação e, dessa forma, deve o interlocutor entender a produção daquele.

4 AS CORREÇÕES NAS NARRATIVAS CONVERSACIONAIS

As correções, nas narrativas conversacionais, constituem estratégias que fornecem informações “verdadeiras”, precisas e relevantes e explicitam as atitudes dos falantes em relação ao dito e a seus parceiros de conversa (como o falante se constrói, constrói o outro e constrói a cena enunciativa). Atuam igualmente na condução da interação, promovendo a mudança dos papéis interacionais².

4.1 FORNECER INFORMAÇÃO RELEVANTE

O falante-narrador seleciona, dentre as informações armazenadas na memória, aquelas que julga necessárias para a compreensão do fato narrado e organiza-as de forma a construir o sentido pretendido. Assim, enquanto muitos fatos são omitidos, outros, ao contrário, são merecedores de menção, tendo em vista que tudo o que é relevante para o teor e o tom³ da história deve ser explicitado.

Segundo Tannen (1979, p.149-150), os falantes têm expectativas sobre como uma história deva ser contada, tais como, as ações importantes são verbalizadas, os fatos obedecem a uma ordem cronológica, a narrativa coloca em cena uma questão, e assim por diante. Conseqüentemente, o narrador pode deletar ações e expressar somente o que é importante para o desenvolvimento da narrativa, instituindo um processo seletivo, o qual determina que detalhes devem ou não ser mencionados.

² Especificamente os papéis ocasionais, relacionados com uma função interativa determinada e submetidos à dinâmica interna da interação (Vion, 1992, p. 82).

³ Sério, jocoso, irônico, sarcástico, etc.

Entretanto, observa-se que o narrador, muitas vezes, deixa de mencionar informações consideradas importantes para a compreensão da história, porém, ele só se dá conta disso no momento em que “precisa” das informações para “fazer sentido”. Nesses casos, uma correção pode então se implementar: o narrador interrompe a seqüência narrativa e provê sua audiência com as informações que acha pertinentes para a produção dos sentidos desejados.

O fragmento (1) é um claro exemplo de que a seqüencialidade narrativa é interrompida porque a omissão de informação relevante constitui um erro, e o seu provimento, uma correção, evidenciando que as expectativas afetam a maneira como as histórias são verbalizadas. Nesse particular, o não fornecimento de informação importante reflete a violação da expectativa de que as narrativas devem conter todos os fatos considerados importantes para seu desenvolvimento e compreensão.

(1)⁴

- L2: odeio... odeio... eu detesto o Corcél Negro... meu eu choro... não começa o filme e eu bah:: e o Cinema Paradiso?... fui no cinema
- F₁ ↓
- L1: ah:: é muito bom
- L2: com um ☺ namoradinho☺ né?... “vamos vamos no cinema?”
“vamos”... aí assim primeira saída com o ☺ cara☺ e a gente sentou
“pá um sei o quê” aí começou o filme né?... NÃO mentira tudo isso
- F₂ ↓
- aqui é mentira... ele pegou e fez “vamos pro Cinema Paradiso?” e eu “vamos” só que ele falava que o filme era muito lindo e que eu chorava muito... o que eu fiz?... “bom eu vou primeiro aí eu cho::ro... vou saber a história do filme... e quando eu for com ele eu não vou chorar” né?
- L1: ☺ ()☺
- L2: daí eu fui ☺ assistir o filme sozinha chorei feito uma condeNAda☺...

⁴O símbolo ☺ indica que o enunciado foi produzido entre risos.

“ai totó totó ai não sei o quê” aí ☺ ()☺ hahaha
☺ aí no dia seguinte fui assistir com ele né?☺
 já sabia a história toda num sei o quê...
 puta... na hora que começou:: o filme que tocou:: o
 ☺ primeiro acorde da música eu comecei a chorar ☺ hahahaha
 ☺ porque eu comecei a lembrar que o filme era bonito☺
 que história era maravilhosa de tudo que ia acontecer
 ☺ e comecei a chorar ☺ daí chorei o filme
 ☺ inTEI::ro chorei o filme inteiro que dó☺
 nunca mais sai com ☺ ele☺ hahaha a gente só ia comer essas
 coisas... porque meu... chorei o filme todo
 (2096FEU11, L. 618-637)

Nesse fragmento, L2 interrompe o curso da narrativa, para fazer um retorno no tempo: mencionar eventos anteriores ao episódio em foco, a fim de que os interlocutores entendam o inusitado da história, o que a torna digna de ser contada. Mantém-se assim a coerência do tom (jocoso) da narrativa, anunciado, logo no início, com a elocução de “namoradinho” entre risos: alguma história engraçada, envolvendo filme e choro, o assunto em pauta.

A suspensão da história evidencia a expectativa da locutora de que os eventos importantes para gerar os sentidos pretendidos devem ser ditos. Portanto, era necessário que ela mencionasse que antes fora assistir ao filme sozinha, para tornar jocoso seu comportamento durante a sessão com o namorado. Caso contrário, ela só destacaria o fato de ter chorado muito durante toda a projeção do filme, o que não é certamente o objetivo da história, uma vez que grande maioria dos enunciados é produzida entre risos, revelando não ser propriamente o choro que está em questão, mas as circunstâncias de sua ocorrência.

Observa-se, ainda, que quando L2 afirma ser mentira tudo o que até então havia narrado, ela não joga com os conceitos de verdade e falsidade no nível do conteúdo das proposições, mas no nível do fornecimento das informações. Ao reiniciar a história, a

locutora reitera o conteúdo, com a ressalva de que acrescenta informação nova e importante: a atitude do namorado em relação à reação dela diante de filmes “lindos” e a ida dela ao cinema, para ver sozinha o filme, na esperança de poder controlar a emoção quando fosse vê-lo com o namorado. Em outros termos, o erro, marcado pelo lexema “mentira”, resume-se na omissão de informações necessárias à compreensão da história, em função de L2 “condensar” os eventos de tal forma que, quando chega o momento que deveria ser dramático, o início do filme, ela percebe faltar, aos interlocutores, subsídios para assim o considerarem. Desse modo, ela interrompe a narrativa e reinicia-a com as devidas informações, corrigindo o erro cometido.

Em suma, o narrador, ao corrigir, fornece informação relevante à trama e denuncia, por meio da violação, sua expectativa concernente às narrativas: os fatos importantes não podem ser omitidos. Além disso, o esforço evidente para recuperar a seqüência correta das ações dá uma impressão de verossimilhança ao ouvinte, uma impressão de que ações verdadeiras sobre eventos verdadeiros foram recuperados.

4.2 DESAMBIGÜIZAR

Em uma interação verbal, normalmente a ambigüidade é desfeita pelos contextos (co-texto, situação comunicativa, aspectos socioculturais, conhecimento de mundo, conjunto de experiências do indivíduo constituindo sua biografia)⁵, nos quais os interactantes se apoiam para orientar suas trocas e manifestar comportamentos relevantes e adequados. Os momentos ambíguos são comumente negociados entre os parceiros do encontro, a fim de que mal-

⁵Cf. Ibañez, 1990.

entendidos sejam minimizados e prevaleça a intercompreensão. Nesse sentido, a iniciativa de desambigüização (se este for o caso, pois existem ocasiões em que interessa ao falante jogar com a ambigüidade dos enunciados) pode partir tanto do locutor, que se antecipa e tenta desfazer a ambigüidade, evitando assim duplicidade de leituras, como dos interlocutores.

Como nas narrativas conversacionais, é assegurada a palavra àquele que conta a história, as chances de o próprio narrador promover a desambigüização são maiores, e é o que sucede em (2).

(2)

- L2: quando a gente tinha quinze a::nos... aí a gente ☺ era☺ hahaha
 Doc: ☺ aí né?☺ hahaha
 ☺ aí né? porque::☺ haha ((imitando L2))
 L2: a gente era aficionado pelo IRA... e assim... eu nunca comprava nenhum disco... o Samuel compra::va... e dava pra eu gravar e eu gravava porque eu... eu preferia o a:: a fita cassete né?...
 F₁ e o primeiro disco do IRA do Samuel... não/ não foi o primeiro mas foi o primeiro do IRA... que ele precisava comprar
 F₂↓ que era uma raridade na época... quem emprestou o dinheiro pra pra comprar foi e:u... ☺ raridade também né?☺
 Doc: ☺ é:: raridade MES::mo☺ hahahahahahahahahahaha
 (202FEU06, L. 1052-1061)

Nesse fragmento, L2 recorda episódios de sua adolescência, em particular aqueles vividos com Samuel, um dos integrantes do grupo musical “Mamonas Assassinas”⁶

Como a estrutura sintática do enunciado “o primeiro disco do IRA do Samuel” é suscetível de, pelo menos, duas⁷ interpreta-

⁶ Todos os integrantes do grupo morreram em um acidente de avião, ocorrido em 02 de março de 1995. Esta gravação é de 14 de março de 1996.

⁷ Há uma terceira, que é descartada, contudo, pelo contexto: o primeiro disco do Samuel, adquirido pelo IRA.

ções distintas, a saber, o primeiro disco gravado pelo IRA (a primeira gravação do IRA) e o primeiro disco do IRA adquirido por Samuel (o primeiro disco do IRA na discoteca de Samuel), L2 implementa uma correção, negando uma das interpretações, a segunda acima, na suposição de que os interlocutores selecionaram-na, ou podem-na selecionar, como a pretendida. A locutora nega a primeira interpretação e enuncia uma outra formulação em que acentua o item “IRA” e apaga o agente possuidor do objeto, para desfazer a ambigüidade, referindo, dessa maneira, a primeira interpretação.

Com a correção, L2 desfaz, por antecipação, a ambigüidade de seu enunciado, e mantém a coerência discursiva, porquanto raridade era a primeira gravação do IRA e não, qualquer outro disco do grupo musical, adquirido por Samuel.

4.3 MUDAR A PERSPECTIVA DA NARRATIVA

Algumas das escolhas do locutor conduzem, de certa maneira, os interlocutores segundo as referências e pontos de vista daquele que fala. Dentre essas escolhas, está o “diálogo construído”⁸, estratégia que permite à audiência “presenciar” os acontecimentos ocorridos e “atestar” a veracidade deles. O falante-narrador, ao dar voz às personagens, muda a perspectiva da narrativa, fazendo com que as próprias personagens dêem conta do o-

⁸ Terminologia utilizada por Tannen (1986, p. 311), para se referir ao discurso direto reproduzido tanto na língua falada quanto na escrita. Marcuschi (1992) utiliza a expressão “citação de fala”, para se referir ao discurso direto que ocorre na língua falada.

corrido, e, em conseqüência, altera seu alinhamento⁹ (de narrador à personagem) e o dos interlocutores (de ouvintes à platéia).

A reprodução das falas de outrem constitui, portanto, uma alteração no alinhamento que o locutor assume para si mesmo e para os outros durante a interação — espaço privilegiado para a manifestação das freqüentes transformações a que estão sujeitas as estruturas de participação (formatos de produção e formatos de recepção¹⁰), as idas e vindas de um falante competente.

Os diálogos são um recurso assaz eficaz para que o falante consiga a adesão a suas causas, porquanto eles colocam em cena as palavras dos próprios envolvidos no episódio, dando maior credibilidade à história, e criam, dessa forma, uma atmosfera de cumplicidade de sensações e emoções entre o narrador e sua audiência. Logo, é comum o falante-narrador optar por “mostrar”, ao interlocutor, o desenrolar dos fatos por meio das falas das próprias personagens, revivificando, portanto, o que é pretérito.

Observe-se, a esse respeito, a narração de A no seguinte fragmento:

(3)¹¹

F₁ A: ca::ra ele ficou PU::to... porque eu ganhava BEM::... que na cabeça/
F₂▼ eu falei “e não é assim não você acha que eu ganho grande coisa?...
aqui em São Paulo você ganha quatro pau... mas eu gasto sem na::da
pagando prestação de apartamento” eu falei pra ele “eu gasto
pagando a prestação de apartamento éh:: mais o aluguel” porque eu
pago isso ainda tem que reservar pra semesTRA::IS... “eu gasto uns
três pau e meio”... você ganha quatro mas você gasta três pau e meio
pra se sustentar e pra viver essa cidade é um infer::no... não é
assim... hum ca::ra ele ficou puto... ficou puto
B: os meus pai ainda acham

⁹ Footing. Cf. Goffman, 1979.

¹⁰ Cf. Schiffrin, 1987, p. 26-27.

¹¹ Como a narrativa é muito longa, apenas o trecho em que se encontra a correção foi destacado.

Os comportamentos lingüísticos assim como podem refletir certas relações *a priori* existentes entre os falantes, eles podem igualmente constituir-las, confirmá-las ou mesmo contestá-las. Nesse particular, as relações interpessoais são condicionadas pelo contexto e constituídas pelo jogo de alguns tipos de unidades, denominadas por Kerbrat-Orecchioni (1992, p. 37) de *relacionemas* (reflexos e construtores da relação).

Quando alguém fala, ele fala de algum lugar e posiciona, por meio de sua elocução, seu interlocutor em determinado lugar também. Os enunciados, nesse sentido, concorrem para a instituição de relações sócio-afetivas particulares entre os interactantes. Essas representações mentais, tanto da situação quanto das relações interpessoais, sofrem constantes reajustes, ou seja, são objeto de freqüentes negociações por parte dos parceiros do encontro verbal.

Certas posições, ditas institucionalizadas (pai, médico, vendedor, professor, dentre outras), embora preexistam à interação, podem ser modificadas, no decorrer desta, por intermédio, por exemplo, de expressões que estabelecem a identidade circunstancial dos interlocutores e definem a situação, tal como acontece em (8).

(8)

A: aí eu virei e falei assim “pa::i... que que eu ia fazer com matemática? se eu tivesse feito matemática... eu ia tá ganhando o QUÊ::? pelo amor de Deus pai pára de falar bobagem” ☺ aí eu não agüentei ☺ eu de vez em quando tenho que ser mais calma com meu pai mas aquilo me irritou de tal forma ele falar aquilo pra mim... eu falei “pai... olha eu vou vou F₁→F₂ entrar dentro do seu argumento ... porque o teu argumento é... é... dinheiro tá certo? no no no FINAL das contas o teu argumento é dinheiro matemática... eu ia ganhar mais dinheiro eu teria mais possibilidade porque matemática era tudo... pai eu ia tá ganhando uma miSÉria quem que quer aula de matemática?... o que eu ganho com inglês eu não ia ganhar dando aula de qualquer MER::da”

(2096FEU04, L. 463-472)

Nesse fragmento, a locutora A conta a conversa que tivera com seu pai quando de sua decisão de largar o curso de Matemática e fazer o de Letras. Na seqüência da narrativa, o segmento (8) ocorre após a observação feita pelo pai de que a filha (a locutora A) não deveria ter deixado Matemática, pois, segundo ele, uma pessoa que saiba matemática “está com tudo”, já que o mundo é matemática. A filha então tenta convencer o pai de que a mudança de curso fora de fato benéfica para ela e que, ao contrário do que ele pensa, ela não poderia se sustentar dando aula de matemática.

A fala da locutora A coloca em palco interactantes (pai e filha) que, a princípio, em função da própria instituição (família), mantêm entre si laços extremamente próximos e posições diferenciadas: relação de estreita afetividade convive com uma assimetria de papéis decorrente da estrutura familiar hierárquica. Espera-se, portanto, que a exaltação de ânimos não altere esses papéis sociais previamente instituídos. Acontece que assim como os comportamentos lingüísticos confirmam certas relações *a priori* existentes, eles podem igualmente alterá-las.

No caso de (8), a locutora promove a alteração das relações interpessoais por meio de uma correção que instaura uma simetria nos papéis sociais (a substituição do “seu” por “teu”), fato que a autoriza posteriormente a uma seleção lexical (“merda”)¹³ pelo menos “estranha” entre pai e filha, caso não se forjasse essa relação interpessoal igualitária, a exemplo daquelas entre indivíduos que ocupam o mesmo *rank* no eixo da dimensão vertical que estrutura as relações entre os sujeitos (Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 71). Porém, como as relações são constantemente redefinidas à medida que a interação progride, a própria locutora que instaurara uma relação mais simétrica, institui, no fragmento que segue, a

¹³ Na seqüência da narrativa, há ainda a enunciação de “puta que pariu”, que não consta do fragmento (8) em virtude do recorte feito para este artigo.

assimetria, mantendo, contudo, a seleção lexical no nível da relação anterior, o que cria uma espécie de inadequação discursiva: as escolhas lingüísticas da locutora não parecem estar de acordo com o lugar que ela ocupa — o de filha, e, portanto, hierarquicamente diferenciado do de seu interlocutor — o de pai.

- (9) A: (...) “eu tô entendendo bem mas o senhor tá pu::to porque eu GA::nho bem?”

(L. 470)

Pode-se considerar, entretanto, que o que existe no fragmento (8) é somente um caso de variação pronominal, tendência de fato atestada no português hodierno. A despeito da suposta variação, há obviamente uma correção que, além de modificar os papéis das personagens do discurso, destaca enfaticamente a quem se circunscreve o argumento (ao pai), demarcando explicitamente a divergência de opiniões e a ruptura da cadeia de solidariedade que une os sujeitos, em decorrência de uma enunciação julgada negativamente (Marcoccia, 1995, p. 89).

4.5 LEGITIMAR O PAPEL DE FALANTE-NARRADOR

Contar histórias constitui um momento de estrelato para o falante-narrador que se torna alvo das atenções e interesses dos demais presentes. Segundo Coates (1997, p. 78), a narração atribui ao narrador um papel privilegiado, posto que o(s) interlocutor(es) geralmente ouve(m) em silêncio ou fazem intervenções curtas¹⁴, garantindo àquele que narra o tempo necessário para completude

¹⁴ Esta atividade participativa, superposta e subordinada à atividade principal do locutor, é chamada de regulação por Gaulmyn (1987) e, *feedback* por Fontaney (1987).

de sua tarefa, cuja execução lhe assegura destaque e permanência em cena.

Porém, quando aquele que conta a história não é o único a ter conhecimento dela, há a possibilidade de um dos interlocutores arregimentar para si a narração, assumindo então o papel de falante-narrador. Nesses casos, a correção pode constituir um dos “instrumentos” por meio do qual se processa a inversão dos papéis interacionais. Isso normalmente ocorre quando o locutor-narrador comete algum erro concernente à informação provida, e, em não sendo o único a saber o episódio, pode ser corrigido por um dos interlocutores. A correção “autoriza” aquele que corrige a tomar a palavra e a continuar com ela, na suposição de que o falante corrigido não se encontra devidamente qualificado para discorrer sobre o acontecimento referido, em virtude do erro cometido. Ela tem ingerência, portanto, na condução da interação: constitui uma estratégia de tomada de turno e reserva o espaço conversacional para o corretor, conforme pode ser observado em (10).

(10)

Doc: aliás o P disse que odeia corinthiano porque:: o:: o E ficou tirando sarro da cara dele

L2: ☺AH::☺

[
F₁ L1: no bandejão

↓
F₂ L2: NÃO:: na aula do N eu tava sentada do lado do:: P...
af o:: E tava lá do lado de fora né? ... o N falando e o E do lado de fora ... fazendo assim pro ☺ P ☺ né? ((gesticula mostrando o cinco)) mostrando o cinco... ☺ mostrando o cinco☺

[
L1: ☺ cinco ☺ ha

[
Doc: hahahahahahahahaha

L2: af o P assim “hum:: hum::” ((imita o P))

Doc: haha
 L2: aí eu falei assim ☺ CIN::CO P CIN::CO☺ e ☺ encostei a cara/☺
 a:... a
 mão na cara dele assim aí ele “ê:: A folgada não sei o quê não sei o que lá”

[
 Doc: uhn

(2096FEU06, L. 45-59)

O fragmento (10) narra a brincadeira feita com P em função do resultado de um jogo entre Corinthians e Palmeiras.

A reação de L2 (“☺AH::☺”) sinaliza que ela recupera na memória a informação e reconhece-a como familiar, a exemplo do “oh” que, em inglês, tem igualmente a função de marcar o reconhecimento de informação dada, destacando-a como relevante — uma estratégia de monitoração da informação, cujo efeito é a criação conjunta do foco discursivo (Schiffrin, 1987, p. 90-93). O reconhecimento de que a informação é familiar é corroborado, principalmente, pela maneira como o “ah” é produzido: elocução acentuada, com alongamento, em tom alto ascendente e entre risos. Os risos denunciam que o fato lembrado é jocoso, ou, pelo menos, é considerado como tal por L2, e criam essa expectativa em relação a ele, que se confirma pela forma como L2 coloca em cena o ocorrido: pontua os momentos engraçados por meio da emissão, entre risos, de certos enunciados. Com essa estratégia, L2 “convida” e orienta as interlocutoras a reagir de forma adequada — tomar o fato também como jocoso. Nesse sentido, o narrador não só quer ser entendido como procura por reações apropriadas (Müller, 1992, p. 213).

O tom ascendente da contribuição de L2 (“☺ AH::☺”) sinaliza igualmente que ela é uma possível candidata à narração da história, posto que tem conhecimento do episódio, como é indicado aos parceiros. Logo, não é o caso de o *feedback* dizer, pela en-

tonação, se L2 quer que a documentadora continue ou não (Fontaney, 1987, p. 251), mas de ela se apresentar como voluntária para contar o ocorrido, já que a informação lhe é familiar. O *feedback*, desse modo, serve para demonstrar seu estado de atenção, participação ativa e disponibilidade para narrar o fato.

Até o momento da elocução de L1 (“no bandeirão”), L2 é apenas uma candidata a contar a história. Entretanto, a correção do erro informacional¹⁵, cometido por L1, dá-lhe a oportunidade de se legitimar no papel de falante-narradora, autorizada por estar ciente do acontecimento conforme atestam as estratégias discursivas utilizadas por ela — um saber que é, em seguida, confirmado pela própria narrativa, na qual ela figura como uma das personagens.

Enfim, ao corrigir e, em seguida, introduzir a narrativa, a falante muda de *footing*: em ambos os instantes, ela modifica o alinhamento que mantém com as parceiras de conversa, e uma voz é sobreposta às demais: na primeira ocasião, a da corretora, e na segunda, a da narradora. Ao negociar o papel de falante, e, mais particularmente, o de narradora, L2 exerce, neste momento da interação, uma posição de destaque e de dominação no plano dos conteúdos (ela narra porque sabe a história), aceitas pelas interlocutoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O falante, nas narrativas conversacionais, “trabalha” a revivificação de acontecimentos passados de modo que eles suscitem as reações desejadas e despertem no(s) interlocutor(es) emoções que concorram para as referências daquele que narra. Dentro desse universo, as correções constituem um suporte natural que eviden-

¹⁵Cf. Toscano, 1998.

cia como o locutor quer ser compreendido, compreende o outro e percebe a situação enunciativa. Elas contribuem tanto para a composição das narrativas no que tange à construção do tópico discursivo (provimento e condução dos conteúdos referenciais) quanto para as relações que se estabelecem entre os parceiros do encontro verbal. Em suma, constituem estratégias de construção do texto falado com repercussão nas duas dimensões do fazer lingüístico: a textual e a discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COATES, J. The construction of collaborative floor in women's friendly talk. In: GIVÓN, T. (ed.). *Conversation: cognitive, communicative and social perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997.
- BARROS, D. L. P. de. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (org.). *Análise de Textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- FÁVERO L. L. et al. Estratégias de construção do texto falado: a correção. In: KATO, M. A. (org.). *Gramática do português falado: Convergências*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1996. V. 5.
- FONTANEY, L. L'intonation et la régulation de l'interaction. In: COSNIER, J. & KERBRAT-ORECCHIONI, C. (orgs.). *Décrire la conversation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1987.
- GAULMYN, M-M de. Les régulateurs verbaux: contrôle des récepteurs. In: COSNIER, J., KERBRAT-ORECCHIONI, C. (orgs.). *Décrire la conversation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1987.
- GOFFMAN, E. Footing. *Semiotica*, v. 25, n. 1/2, p. 1-29, 1979.
- GÜLICH E., KOTSCHI, T. Les actes de reformulation dans la consultation La Dame de Caluire. In: BANGE, P. (ed.). *L'analyse des interaction. La Dame de Caluire: une consultation*. Actes du Colloque

- tenu à L'Université Lyon 2, 13 a 15 dez., 1985, Berne. Berne, Lang, 1987.
- JEFFERSON, G. Sequential aspects of storytelling in conversation. In: SCHENKEIN, J. *Studies in the organization of conversation*. New York: Academic Press, 1978.
- IBÁÑEZ, R. El contexto del evento verbal. IX Congresso Internacional da ALFAL. Campinas, 1990.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Tome II. Paris: Armand Colin, 1992.
- MARCOCCIA, M. Les interviews de couple: réflexions sur le rôle de porte-parole. In: KERBRAT-ORECCHIONI, C., PLATIN, C. (orgs.). *Le trilogie*. Lyons: Presses Universitaires de Lyon, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. Características da citação de falas na interação verbal como estratégia de edição de falas. Recife, mimeo, 1992.
- MÜLLER, K. Theatrical moments: on contextualizing funny and dramatic moods in the course of telling a story in conversation. In: AUER, P., DI LUZIO (eds.), A. *The contextualization of language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- TANNEN, D. Introducing constructed dialogue in Greek and American conversational and literary narrative. In: COULMAS, F. (ed.). *Direct and indirect speech*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1986.
- TOSCANO, Maria Eulália Sobral. *Erro no procedimento de correção na língua falada: noção e tipologia*. Estudos Lingüísticos XXVII. Anais de Seminários do GEL. São José do Rio Preto (SP): UNESP/IBILCE, p. 882-887, 1998.
- _____. *A construção do texto falado e a produção dos sentidos: o caso da correção*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1999.
- VION, R. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris: Hachette, 1992.

A INTERAÇÃO VERBAL E A NEGOCIAÇÃO DO CONFLITO

Raquel Lopes
Universidade Federal do Pará

- **RESUMO:** *O presente trabalho é uma reflexão, na linha teórico-metodológica da Análise da Conversação, sobre a negociação do conflito em um processo de interação verbal face a face. Estamos supondo que a existência de conflitos entre os interlocutores não está diretamente relacionada à polêmica ou à tensão, da mesma forma que cooperação e tranquilidade não implicam, necessariamente, ausência deste fator. Tentamos também mostrar como a negociação de uma situação conflituosa se manifesta por marcas lingüístico-textuais e que estratégias lingüístico-discursivas são usadas pelos atores do evento de linguagem que ora examinamos.*
- **PALAVRAS-CHAVES:** *Interação Verbal; Conflito; Negociação.*
- **RÉSUMÉ:** *Ce travail est une réflexion sur l'analyse de la conversation. On traite ici le phénomène de la négociation du conflit dans une interaction verbale de face à face. Nous supposons que l'existence de conflits parmi les interlocuteurs n'a pas de rapport direct avec la polémique ou la tension, de la même façon que la coopération et la tranquillité ne signifient pas l'absence de ce facteur. Nous essayons aussi de montrer des marques linguistiques et textuelles de la négociation d'une situation de conflits et des stratégies linguistiques utilisées par les acteurs qui participent à cet échange linguistique.*
- **MOTS CLES:** *Interaction Verbale; Conflit; Négociation.*

INTRODUÇÃO

O conflito a que nos referimos não é aquele exclusivamente manifesto, aberto, desvelado, trata-se também do conflito

velado, implícito e muitas vezes dissimulado pelos locutores através de estratégias como a de polidez. Admitimos que o termo (conflito) talvez não seja muito adequado para referir a segunda situação, falta-nos, todavia, um outro melhor que nos socorra. O que estamos tentando dizer — e isto não é de forma alguma inaudito — é que mesmo nas interações verbais tranqüilas, cooperativas e pouco tensas os interlocutores estão lutando para convencer um ao outro de algo, ou dizendo de uma maneira mais radical, estão manipulando um ao outro. Do mesmo modo, é possível que em situações de interação tensas e polêmicas haja momentos em que os interlocutores cedam ou negociem, seja para garantir o prosseguimento da conversação, seja para garantir o que Brown & Levinson (1987) chamaram de *preservação das faces*. É nesse sentido que falamos em negociação de conflito.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo do presente trabalho está diretamente relacionado ao que se disse logo acima, dizendo de maneira mais clara, pretendemos demonstrar que não há uma relação direta de implicação entre tranqüilidade/cooperação e ausência de conflito ou de manipulação, da mesma forma que tensão e divergência não implicam, necessariamente, interrupção ou fim prematuro de uma interação, pois, como dissemos há pouco, o conflito pode ser negociado. Tentaremos também mostrar como isso se dá numa situação real de interação verbal e quais as estratégias utilizadas por cada um dos participantes desse processo.

Para nortear teoricamente nosso trabalho valemo-nos diretamente da valiosa contribuição de Bakhtin (1929) e das, igualmente valiosas, orientações de Preti *et al.* (1995 e 1998). Recorre-

mos ainda a vários outros autores cujas referências podem ser encontradas na última seção deste trabalho (cf. bibliografia).

Bakhtin foi um dos primeiros lingüistas a assinalar a natureza ideológica do signo lingüístico e a insistir na necessidade de se levar isso em consideração nos estudos sobre a linguagem. Para ele,

... a forma lingüística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (Bakhtin, 1929, p. 95).

Ainda de acordo com o mesmo autor, um dos maiores pecados do estruturalismo lingüístico foi separar a língua do seu conteúdo ideológico, procedimento este que a torna artificial uma vez que para os sujeitos falantes ela não se apresenta como um sistema formal, isto é, o sistema lingüístico tal como é visto pelos estruturalistas não é naturalmente acessível aos sujeitos falantes em situações reais de comunicação social. Essa formalização sistêmica da língua só é possível enquanto procedimento de abstração.

Embora os estudos de Bakhtin sobre a natureza ideológica do signo lingüístico sejam relativamente antigos (a primeira publicação do seu *Marxismo e filosofia da linguagem* data de 1929), foi somente a partir da década de 60, quando diferentes áreas do conhecimento como Etnografia da Comunicação, Etnometodologia,

Sociolingüística, Análise do Discurso, Teoria da Recepção e Análise da Conversação, entre outras, aproximaram-se e impulsionaram um novo olhar sobre a linguagem, que a interação verbal, "a realidade fundamental da linguagem"- no dizer de Bakhtin, tornou-se objeto de estudo da ciência lingüística. Até então o material que servia de *corpus* ao lingüista era proveniente da escrita. Não podemos esquecer que era pela comparação de formas escritas que a lingüística histórica tentava estabelecer uma protolíngua a partir da qual as outras línguas teriam se formado.

A lingüística estrutural provocou uma mudança substancial nesse aspecto quando fez ver que o privilégio da escrita em relação à fala é um grande erro metodológico, uma vez que a escrita não é a realidade lingüística, mas apenas uma representação desta. Porém, apesar desse deslocamento de foco para a língua falada, o estruturalismo não pôde dar conta da complexidade do fato lingüístico, pois quando optou por ver a língua como um sistema formal — em detrimento de suas realizações materiais e históricas — negligenciou algo inegável: nenhuma manifestação lingüística pode ser separada do sujeito que a produziu, de suas condições de produção, enfim, de seu "conteúdo ideológico".

Como dissemos ainda há pouco, foi somente no 'pós-estruturalismo' que os fenômenos de enunciação vieram a merecer a atenção devida, com a convergência de algumas teorias que, segundo BRAIT, contribuíram significativamente para o estudo das especificidades do texto oral. De acordo com essa autora, foi a partir daí que se abriu espaço para o exame da interação verbal, que segundo ela pode ser vista como "...um componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. É um fenômeno cultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas." (BRAIT, 1995,

p. 194). Se aceitamos essa afirmação, está posta a condição *sine qua non* para a realização deste trabalho, uma vez que o material que vamos examinar já ascendeu ao patamar de objeto de análise científica.

O material utilizado para análise é o texto de uma entrevista concedida pelo professor e arquiteto Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém, ao jornalista Mauro Bonna, no programa *Argumento*, da Rede Brasil Amazônia de Comunicação — RBA¹. O evento foi ao ar em dezembro de 1999 e despertou nosso interesse por uma série de razões, mas sobretudo por ser 'ao vivo' e pelo alto grau de espontaneidade dos interlocutores, entrevistador e entrevistado. Esta entrevista pode ser enquadrada no gênero jornalístico, em termos gerais. Porém, apresenta algumas peculiaridades interessantes se comparada a outras entrevista do mesmo tipo. Em primeiro lugar, a sua duração de aproximadamente sessenta minutos, ou seja, mais de uma hora de interação face a face (sem contar os intervalos); em segundo lugar, a flexibilidade da sua pauta; em terceiro lugar, o nível de espontaneidade e de familiaridade demonstrado pelos participantes; e finalmente, uma forte aproximação do diálogo interativo.

Gostaríamos de chamar atenção para o fato de que esses aspectos não estão isolados um do outro, ao contrário, encontram-se interligados e interpenetram-se reciprocamente — se nos é permitida a redundância. E é exatamente por ser uma entrevista longa e 'ao vivo' que os interlocutores puderam ficar à vontade e falar sobre diversos assuntos, inclusive desobedecendo à pauta — como se poderá ver mais adiante pela análise do texto transcrito; essa desobediência à pauta só foi possível e produtiva porque esta era flexível, e foi essa flexibilidade que permitiu o comportamento espontâneo dos envolvidos que, por sua vez, demonstraram emo-

¹ Agradecemos à Coordenadoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Belém que, gentilmente, cedeu-nos uma cópia da entrevista.

ção e autenticidade, o quê — finalmente — fez a entrevista aproximar-se bastante de um diálogo natural.

Antes de irmos ao texto, apenas mais uma observação: a entrevista, de um modo geral, não é considerada o melhor exemplo de interação verbal, e isso por duas razões básicas. Primeiro, a conversação nela não é totalmente espontânea, natural, pois houve um acordo, um contrato anterior a ela em que foram decididos o local, a hora, os assuntos, etc.; segundo, na entrevista quebra-se uma condição fundamental do diálogo em si (eu/tu, aqui/agora) e avança-se para algo bem maior e mais complexo que é o alcance que ela tem. Fávero & Andrade (1998) falam de pelo menos três diálogos que se instauram nesse tipo de atividade:

- entrevistador e entrevistado;
- entrevistador e audiência (público: leitor, ouvinte, telespectador);
- entrevistado e audiência.

Agora, vamos ao texto:

- L 1= i a nossa conversa da noiti ... u programa todú ... uma ora di programa é com u prefeito municipau Edmilson Rodrigues ... boa noiti prefeito ... é um prazer tê-lo novamenti aqui nesses duzentus programas nós istávamus vendu na ficha essi é u seu décimu programa ... u senhô istevi aqui duas vezis nu argumentu antis di sê prefeito ... uma comu professô da FCAP i outra já como provável canDIDATU à prefeitura municipau di Beléin ... i é a oitava vez qui u senhô participa na condiçãu di prefeito municipau di Beléin ... obrigadu pelu prestígiu qui u sinhô tein dadu aus nossus telespectadoris
- L 2= eu agradeçu porque é a oportunidadadi di prestá conta à sociedadadi du mandatu qui nus foi dadu pelu povu ... isperu qui outrus entrevistadoris i outras emissoras possaun tambéin ...éh mi convidá pra qui nós pos-samus ter accessu a um númeru cada vez maior di cidadãus qui tein u di-

reitu di saber aquilu qui istá sendu feitu com u dinheiru públicu i aquilu qui istá sendu feitu ... éh basiadu num programa qui foi a basi pra elei-çãu du nossu governu

- L1= prefeito ... nu útimu programa qui u sinhô aqui istevi nós terminamus criticandu a situaçãu da Augusto Montenegro ... na época nós fizemus um compromissu qui u sinhô só voutaria depôs da istrada istar completa i reaumentí agora eu queru parabenizá-lu pela condiçãu da istrada imhora u sinhô tenha tomadu uma medida qui tornô Icuaraci ainda MAS longi ... qui é a medida di trânsito a sessenta quilômetrus ... u sinhô usandu a/u códigu nacionau di trânsito qui diz na via urBA::NA ... nas aveNI::DAS a velocidadi máximu é sessenta u sinhô adotô numa rodovia ... di repenti u sinhô transformô in avenida i dexô Icuaraci cada vez mas longi mas difíciu di chegá ... u sinhô nãu pretendi revê issu nãu prefeito ? u sinhô acha qui istá completamenti certu ?

- {
L2= ((risos)) eu tô rindu Mauru ... você nãu perdi a oportunidadadi pra espizinhá né? (...)

L1= nãu ...

- L2= (...) mas obrigadu pela primera parti ... VINTI E SEIS quilômetros ... a priMEIRA ciclofaixa di Beléin ... reaumentí é mas segurança i exatamenti ... Bonna ... Beléin quando nós assumimus matava uma pessoa nu trânsito a cada vinti i três oras ... di modu qui foraun mas di quatrocentas vidas perdidas au longu du anu di noventa i sês ... com as açõis disinvouvidas pela prefeitura nós conseguimos reduzir à metadi ... foi um sucessu ... mas pra nós é MUITU dolorosu sabê qui ainda morrein duzentas pessoas ... basiadu num númeru grandi ainda --- apesá di qui nós nãu somos mais a cidadi qui mais mata nu trânsito --- nós istamus fazendu um conjuntu di açõis melhorandu as vias ... istu é um consensu qui Beléin nunca viu tantu asfautu ... a Augustu Montinegru é apenas um exemplu ... Perimetrau Tembés a própria Mautiti a Fernandu Guilhon a Brevis Monti Alegri i tantas outras ... mas veja só ... nós temus qui garanti a segurança i aí vein u códigu ... é lei federau foraun us deputadus federais i senadoris qui aprovaraun ... nós podemos flexibilizar ... aí foi defínidu entãu u limitu na lei federau in sessenta (...)

L1= mas para vias urba::nas

L2= para vias urbanas

L1= u sinhô tá transformandu (...)

{

- L2= só qui a Augustu Montinegru (...)
 L1= sim
 L2= não ... veja só (...)
 L1= (...) é um mistu
 L2= não ... mas dexa eu lhi i explicá (...)
 L1= eu concordu cum u sinhô qui tein muita genti ()
 L2= (...) qui eu concordu com a sua preucupaçãu ... tenhu sidu procuradu por muitas pessoas i conversei já com us nossus companherus da ária di transporti i trãnsitu ... sessenta é u qui a lei exigiu mas podi avê uma flexibilizaçãu medianti istudus ... por que u sessenta? é porque FÍ::SICUS fizeraun u cáuculu qui um veículu com pesu médiu i numá velocidadi di sessenta quilômetrus por ora eli podi freá i evitar a morti di uma criança di um ciclista di um motociclista ... cum MAIS du que issu é mas dificiu salvar vidas (...)

De acordo com Fávero & Andrade (1998, p. 159), quando se pretende analisar o processo interacional em entrevistas é preciso levar em consideração alguns aspectos como a situação particular em que esse processo se desenvolve, as características dos participantes e as estratégias por eles utilizadas. É necessário ainda examinar as características específicas desse tipo de interação e as relações de poder evidenciadas por certos traços, pois — assim como em qualquer outro evento de comunicação — na entrevista a interação não se constitui apenas de cooperação e cumplicidade, aí também acontece um certo conflito, uma certa disputa.

O fato de que nos mais diferentes processos interacionais os sujeitos falantes não apenas expõem idéias e trocam opiniões e informações, mas também — e sobretudo — agem sobre o outro está relacionado a um outro fato igualmente interessante que é o fato de que esses sujeitos, na dinâmica da interação, mobilizam um arsenal de conhecimentos e habilidades que está longe de poder ser reduzido ao elemento estritamente lingüístico. Regras sociais, culturais, e não apenas lingüísticas, estão constantemente sendo atualizadas pelos interactantes em todo e qualquer evento conversacional. Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 31) diz que "...a competência

aparece como um dispositivo complexo de aptidões, onde os saberes lingüísticos e os saberes socioculturais estão inextrincavelmente associados." Muito provavelmente, é por essa razão que os interlocutores — no evento sob análise — usam uma e não outra forma de tratamento para se referirem um ao outro, pois sabem que se infringirem as regras sociais que regulam o uso dessas formas sofrerão sanções sociais. O entrevistador sabe que não se deve tratar por 'tu' ou 'você' a maior autoridade política de um município, representada nesse evento pelo seu entrevistado, que por sua vez também conhece as regras acima referidas mas sente-se à vontade para burlá-las porque precisa demonstrar seu nível de familiaridade com o entrevistador, o que torna a entrevista mais agradável e mais 'levê'.

Essa tentativa de aproximação do entrevistado para com o entrevistador vai se manifestar em praticamente todo o texto, assim como manifestar-se-á um movimento contrário por parte do segundo no sentido de manter um certo distanciamento em relação ao primeiro. Observamos que o entrevistador (a partir de agora considerado L1) usa constantemente as formas 'prefeito' e 'senhor' para se referir ao entrevistado (a partir de agora L2), que por seu lado usa bastante a forma 'você' e o prenome do seu interlocutor.

Ainda relativamente ao que se disse acima sobre a importância dos traços caracterizadores dos participantes e da situação em que se dá um determinado processo de interação, gostaríamos de comentar brevemente o que — em Análise da Conversação — se chama de *quadro participativo*. Esse quadro diz respeito ao número de participantes envolvidos e aos papéis desempenhados por cada um na situação de comunicação que se pretende analisar. No texto de ora nos ocupamos o quadro participativo parece ser tridimensional:

— entrevistador e entrevistado;

- entrevistado e audiência;
- audiência e entrevistador,

embora a audiência não esteja *in praesentia* com os dois primeiros atores não podemos considerar sua participação como sendo indireta ou secundária, especialmente por se tratar de uma entrevista 'ao vivo' (e não faria sentido um acontecimento desse gênero se não se tivesse em vista um público alvo, embora genérico e pouco definido). E a fala mesma dos locutores autoriza-nos essa interpretação:

- “a nossa conversa”,
- “nossos telespectadores”.

Retomando a leitura do trecho transcrito acima, chamamos atenção para uma característica instigante de toda manifestação linguística e que foi especialmente enfatizada por Ducrot, “Tudo na língua é argumentação.” “A língua é primariamente argumentação e apenas secundariamente informação ...” Olhando nosso texto à luz dessas afirmações, percebemos que os dois interlocutores não estão apenas trocando informações, estão disputando — entre outras coisas — a atenção da audiência; L1 tentando fazer crer que a medida tomada por L2 tornou Icoaraci ainda mais longe e L2 afirmando que essa medida foi tomada por uma questão de segurança, e pressentindo a possibilidade de o fato de tê-la tomado o colocar em uma posição desconfortável ampara-se na lei e transfere a responsabilidade para outrem. Ao perceber que L1 começava a ficar convencido da necessidade da medida começa a defendê-la recorrendo à competência técnica de especialistas, observe-se, em especial, a ênfase dada ao termo *físicos*.

Essa estratégia de recorrer à autoridade técnica de especialistas para justificar algumas atitudes suas foi muito utilizada por L2, mas não foi a única. Uma outra forma de este locutor atuar

sobre seu parceiro, também muito freqüente, foi envolvê-lo implicando-o na sua fala.

L1, por sua vez, mostra-se cooperativo, chega em alguns momentos a estreitar laços de cumplicidade com L2, mas não deixa de imprimir em sua fala um certo tom de ironia e provocação. Em outros momentos comporta-se como uma espécie de porta voz da população e, com exceção de alguns instantes de tensão forte, mostra-se colaborador e até solidário para com L2.

Vamos à outra parte do texto:

- L1= aí vein u casu das araras tambéin prefeito ... u sinhô tein tein sentidu tein lidu tein vistu u claMOR da populaçãu ... qui nãu é qui queira tá avançandu u sinau --- nós sabemos qui issu acaba éh ... poupandu muitas viđas qui é unanimidadi ninguéin qué sê assassinu ninguéin qué avançá sinau --- mas a coisa tein sidu meu implacável né? comu diz a dotora Badini “ tein sido meu cruel” cum a populaçãu di um modu gerau porque num ovi nenhum períudu educacionau ... nãu ovi nenhum períudu di educaçãu ... passô di uma fauta totau di fiscalizaçãu ... di repenti nós tivemus um períudu qui num tinha vermelhinhu azuzinhu NINGUÉIN na rua i passa para um períudu radiCAU di fiscalizaçãu eletrônica permanenti ein toda a cidadi ... in alguns casus auta tecnologia i in outrus aquelas guaritas lá qui anotaun u ônibus ainda na munheca ... qué dizê ... á uma incoerência nessa questãu ...u sinhô nãu acha?
- L2= mas é a favô du povu Mauru ... veja só ... u qui é qui você temi ein sê fiscalizadu si você nãu qué discumpri a lei? ora ... eu nãu serei fotografa-du si eu num passu nu sinau vermelhu (...)
- L1= por que aumentô u preçu du ônibus?
- L2= nãu ... mas é a menor tarifa du país i nãu tein comu pará u sistema...intãu veja só ... nessa situaçãu nós temus qui tá du ladu da populaçãu mais pobri ... por qué?
- L1= mas COMU tá du ladu da populaçãu mas pobri si aumentô u preçu du ônibus?
- L2= mas veja só ... nãu tein comu numa economia di mercadu ... Mauru ... porque veja só ... as iscolas istãu reajstandu (...) um programa no seu/aqui no seu/na emissora ... na RBA eli varia di preçus ... ein quau-quer situaçãu di mercadu numa sociedadí di mercadu us preçus tein vari-

adu ... nós temus uma responsabilidadi grandi comu governu di defendê us interessis da populaçãu ... augumas situaçõis sãu inevitáveis ... corretu?

L1= (...) quandu eu lhi perguntu sobri tecnologia nu trãnsitu nós vemus na televisãu nós vemus Brasiu afora mundu afora qui a tecnologia é usada nãu só pra MULTAR u usuáriu u contribuinti mas pra colaborá com a perfeiçãu nu trãnsitu ... ou com a proximidadadi dessa perfeiçãu ... nós nãu vemus aqui tecnologia para verificar ondi á congestionamentu na cidadi ... u sinhô sabi qui ali próximu au terminau rodoviáriu u sinhô nãu conseqüi passá seis oras da tardi cincü oras da tardi ... é congestionamentu permanenti ... i nãu tein uma fiscalizaçãu eletrô::nica pra tentá discubri ... pra tentá resouvê ... nãu tein (...)

L2= Mauru ... você lembra comu era São Brás antis da inversãu di vias?

L1= (...) um vermelhinhu lá ...

L2= pra você vê ... todas as mudanças qui nós fazemus qui mexein cum auguns interessis provocaun alardi ... i nós fomus muito criticadus pela inversãu di vias ... MAS pra quein tein um poucu di memória --- a populaçãu agora devi istá lembrandu --- era um caus ali in São Brás (...)

L1= in frenti au mercadu di São Brás (...)

L2= éh ... veja só (...)

L1= (...) oji é u primeru quarterãu da governadô José Maucher ...

L2= nãu ... nãu ... di forma auguma

L1= tenti passá seis oras da tardi chuveñdu nu primeru quarterãu

L2= nãu ... Mauru ... u problema é u seguinti ... Beléin tein problemas istruturais que/ veja só ... entri quinzi miu chegandu às vezis a dezoitu miu novus veículus áu anu ... us veículus novus qui entraun nein sempri representaun novus qui entraun porque (...)

L1= saíraun outrus ...

L2= (...) outrus saem ... ficaun muitos veículus

L1= acumula

L2= é

Na passagem acima L1 critica o uso da alta tecnologia, que segundo ele está servindo apenas para fiscalizar e não para

resolver problemas, questiona a eficiência da inversão de vias realizada por L2, dizendo que a mesma só fez mudar o local do congestionamento e o desafia a tentar passar a uma certa hora em um determinado local onde afirma haver congestionamento constante de veículos. Mas, apesar do já mencionado tom irônico e agora um pouco mordaz, L1 acaba cooperando, inclusive na construção de um enunciado de L2.

Como dissemos no início desse trabalho, pretendíamos mostrar, entre outras coisas, que tensão e equilíbrio podem coexistir num mesmo tempo/espço de interação, que não há uma dicotomia tão exata entre esses dois aspectos, visto que o conflito pode — muitas vezes — ser negociado.

Marcuschi diz que “Embora a negociação seja um processo central para a produção de sentido na interação verbal enquanto processo conjunto, nem tudo é negociável.” (Marcuschi, 1998, p. 19). Esse comentário é muito pertinente e encontra ‘eco’ no texto que estamos examinando, nele há momentos em que os locutores — sentindo-se atingidos e percebendo que será difícil negociar — fazem com que o tópico que gerou polêmica seja ‘abortado’. Em outros casos, passa-se de uma forte tensão para uma tentativa de restabelecimento da harmonia:

L2= (...) essas ... afirmaçõis qui você faz Mauru ...

L1= nãu ... eu tô lhi dizendu u qui tá na mídia

L2= nãu ... eu nãu possu concordá/af eu queru dizê --- comu você nãu

assumi ... você diz qui é u qui istá na mídia --- eu vô dizê (...)

L1= COMU qui eu nãu assumu? eu tô assumindu claramenti

L2= nãu ... você istá dizendu qui sãu verdaderas (...)

L1= sim ... eu li na mídia

L2= nãu ... você istá dizendu qui É verdadeira

- L1= não ... eu tô perguntandu au sinhô
 L2= eu vô lhi afirmá qui são mentirosas (...)
 {
 L1= si fossein verdaderas eu não perguntaria ... eu diria prefeitu
 L2= eu vô lhi dizê qui são mentirosas... primeru (...)

Observa-se no exemplo acima que a negociação — se é que houve — foi bastante difícil, meio penosa até; trata-se de um caso típico de situação nas interações face a face em que os interlocutores preferem sacrificar o tópico conversacional ou os seus turnos a por em risco a relação interpessoal que os une. É preciso dizer, no entanto, que a estratégia de colaborar para salvar o processo interacional não significa concordância ou consenso, como, porém, havia um interesse conjunto em que esse processo prosseguisse, um dos locutores teve de ceder.

COMENTÁRIOS FINAIS

Não quisemos nesse breve trabalho dar conta de tudo o que envolve, numa interação, o conflito e sua negociação. Pretendíamos tão somente apontar algumas marcas linguístico-textuais que evidenciam, no texto em questão, as estratégias discursivas utilizadas por cada um dos interlocutores envolvidos para superar as situações de tensão e polêmica que poderiam — se não fossem resolvidas — pôr fim à interação. Ensaíamos, com o auxílio do suporte metodológico da Análise da Conversação, fazer um exame de um evento real de comunicação, exame este que não passa de uma das muitas leituras possíveis do acontecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRAIT, Beth. O Processo Interacional. In: PRETI, Dino *et al.* (Orgs.). *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. P. 189-214.
- FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, M. L. C. V. O. Os Processos de Representação da Imagem Pública nas Entrevistas. In: PRETI, Dino (Org.) *Estudos de Língua Falada — Variação e Confrontos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. p. 153-177.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, 1990.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de Compreensão na Interação Verbal. In: PRETI, Dino. *Estudos de Língua Falada — Variação e Confrontos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. p. 15-45.

A PARTICIPAÇÃO DO INTERLOCUTOR NA CONSTRUÇÃO DO TÓPICO CONVERSACIONAL DENTRO DAS MODALIDADES SIMÉTRICA E ASSIMÉTRICA

*Marilucia Oliveira**
Universidade Federal do Pará

- RESUMO: *Este trabalho apresenta considerações sobre a participação dos interlocutores na construção do tópico, considerando-se as modalidades de simetria e assimetria, os tipos de turno, estratégias de gestão e de sustentação do turno. Nele utilizamos alguns trechos de diálogos entre dois informantes (D2) que foram extraídos dos inquéritos de n.º 062 e 343 publicados em Castilho & Preti (1987). Os trechos desse inquérito foram também utilizados por Galembeck¹ no texto o turno Conversacional. O nosso objetivo não é fazer uma análise minuciosa de marcadores ou do turno conversacional, mas retomar a análise feita pelo autor e reutilizar os trechos, por ele usados, para mostrar como o uso do turno interfere no nível de participação dos interlocutores durante a construção do tópico conversacional.*
- PALAVRAS-CHAVE: *Turno Conversacional; Simetria; Assimetria; Tópico.*
- ABSTRACT:
- KEY WORDS:

1 INTRODUÇÃO

Para Galembeck (1995) tratar das modalidades e procedimentos relacionados ao turno conversacional demanda uma discussão sobre o tópico, pois a situação em que se encontram os interlocutores, assim como o tipo e função do turno vão ser avalia-

* Mestranda do curso de pós-graduação da UFPÁ.

¹ Cf. Preti *et al.*, 1995, p. 55-79.

dos em relação ao nível de contribuição dos falantes para o desenvolvimento *daquilo de que se está falando*.

A relação entre *tópico* e *turno conversacional* é extremamente pertinente, já que as formas de participação dos interlocutores para a construção do tópico dependem também da atuação e estratégias utilizadas pelos falantes quando da troca de turnos. Além disso, o tipo de modalidade *simétrica* ou *assimétrica* vai ser responsável pela maneira como o tópico vai sendo instaurado e desenvolvido.

A instauração, desenvolvimento, manutenção ou mudança de um tópico é resultado da atuação e colaboração entre os participantes de uma conversação, que alternam papéis cuja função aponta o nível de participação de cada interlocutor, bem como sua contribuição no desenvolvimento do tópico conversacional, que vai apontar a situação de simetria e assimetria em que se encontram os interlocutores. A assimetria dentro da conversação restringe a participação de um dos participantes, interferindo na função, tipos, gestão e passagem de turnos e, conseqüentemente, na maneira de como se dará a construção do tópico. A simetria, ao contrário, caracteriza-se pela igualdade no nível de participação dos falantes.

2 O TÓPICO NA SIMETRIA E NA ASSIMETRIA

O tópico, segundo Brown & Yule (1983, p. 73) é *aquilo acerca do que se está falando* e se constitui para Jubran (1992, p.37) *um processo orgânico que, para se instaurar, necessita de colaboração daqueles que constroem a conversação*. Sendo assim, entende-se que a edificação e estabelecimento de um tópico é responsabilidade dos participantes de uma conversação que lhe vão instaurando ao longo do diálogo. Essa instauração e desenvolvi-

mento, por sua vez, faz identificar o conhecimento de mundo dos participantes de uma conversação, e possibilita verificar se esses conhecimentos são partilhados por ambos, ou se há entre esses participantes, conhecimentos distintos que vão se efetivando num processo solidário e esforço recíproco.

A distribuição de turnos dentro de uma conversação é muito importante para a construção do tópico, visto que este é produto da colaboração entre os interlocutores de uma interação verbal que o vão construindo de forma dinâmica, alternando os papéis, assumindo ora a posição de falante, ora a posição de ouvinte. Essa alternância não é um procedimento pré-fixado dentro da conversação. Na verdade, é dentro do processo conversacional que se vão organizando as falas dos participantes, que, às vezes independentemente de marcas formais, vão inferindo sobre o lugar da alternância de papéis, que, e por diversos fatores, não são desempenhados de forma semelhante, havendo entre eles, em algumas situações, uma discrepância significativa no que se refere ao número de ocorrência de turnos nucleares, à sua contribuição para o desenvolvimento do assunto de que se está falando.

Em certos diálogos, é possível perceber que alguns falantes praticamente dominam a conversação. Ou por serem os que mais usam a palavra, emitindo constantemente informações a respeito do que se está falando, deixando ao outro apenas a possibilidade de confirmar ou concordar com o que está sendo dito; ou falando mais vezes, inclusive criando formas de assegurar o silêncio do outro participante; ou aproveitando brechas para tomar-lhe a palavra; ou mesmo tomando-a sem que haja *brechas*.

A conversação pode se dar de forma *simétrica* ou *assimétrica*. A instauração de uma dessas modalidades conversacionais vai interferir diretamente na forma como cada participante da conversação irá contribuir na instauração e construção do tópico con-

versacional. Vai, por outro lado, apontar para distribuição e função dos turnos.

A *conversação simétrica* se caracteriza pela atuação, participação ativa dos interlocutores dentro de uma conversação. Para tal, é necessário que ambos tenham conhecimento do tema discutido, a fim de que ambos possam dar contribuição ao andamento do diálogo conversacional. Assim, como diz Galembeck (1995) *é imprescindível que entre os interlocutores de uma conversação haja um tópico comum*, sob pena de que a construção do tópico, caso um dos interlocutores não o reconheça, seja penosa e sua progressão seja mais lenta e menos atrativa do que deveria ser, caso houvesse a participação ativa dos dois interlocutores. Daí, a importância da troca de papéis dentro da conversação, pois essa alternância vai fazer com que gradativamente os interlocutores de um diálogo colaborem, num processo de cumplicidade, instaurando o tópico, criando *requisitos mínimos* que garantem sua identificação.

- L2 nós entramos ali no:...naquele arroz unido venceremos((risos))...um dia ele sai da colher outro dia não sai...((risos)) é fogo...(entende?) ((risos)) (se bem que ainda é:: bom...)
- L2 dizem né? você vê dentro da profissão do vendedor... a coisa mais difícil é você realmente manter o indivíduo... éh Oito horas em contato direto com os clientes...uma coisa:...realmente difícil... então a gente inclusive:... pede que o indivíduo não perca tempo nesses horários certo?... e procure almoçar... no seu território de trabalho... por ali mesmo em vez de Ter que se deslocar de um território de trabalho para sua ca::sa...

(inq.062, linhas 227-239)

O trecho apresentado acima exemplifica uma conversação simétrica entre dois indivíduos que participam ativamente da cons-

trução do tópico conversacional. Observa-se aqui que ambos vão instaurando o tópico de forma simétrica, ou seja, cada qual contribui de forma referencial na sua construção. Tanto L1 quanto L2 apresentam trechos de caráter referencial ao *trabalho do vendedor*, não se percebendo, assim, entre eles, assimetria, mas falas referenciais que se configuram formas de participação nítida na confecção do tópico. Sendo a fala de um e de outro caracterizadoras de participação que contribui para o desenvolvimento do tópico.

Na conversação assimétrica, diferentemente da conversação simétrica, o nível de participação dos interlocutores é diferenciado. Geralmente um participante assume turnos nucleares (L1), que são responsáveis pelo desenvolvimento do tópico, enquanto o outro utiliza turnos inseridos (L2), que, geralmente confirmam, repetem a fala de quem desenvolve o tópico. Um exemplo de conversação assimétrica, bem como de turno nuclear e inserido é verificado abaixo:

- L1 ((pigarreou)) veja o que está acontecendo...por incrível que pareça há falta de doutores hoje... por quê? Por que a tendência é acabar o curso...e muito dificilmente um vai sair para a pesquisa...para estudar para defender uma tese
- L2 (defender) uma tese
(inq.062, linhas 8-2-807)

3 O TÓPICO NA GESTÃO, PASSAGEM E SUSTENTAÇÃO DO TURNO

O turno conversacional é, segundo Galembeck (1995), componente da Análise conversacional que está intimamente ligada às *várias situações em que os membros de um grupo se alternam*. Durante a conversação, é comum e sadio que os interlocuto-

res de uma conversação troquem de papéis, assumindo, cada um deles, ora o papel de falante, ora o papel de ouvinte. Essa alternância assume fundamental importância numa conversação, pois caracteriza a participação dos interlocutores de um diálogo, e o direito à voz. Entretanto, muitas vezes, essa troca de papéis não se dá de forma tão pacífica, fluida e *polida*, pois em alguns momentos os participantes de uma conversação falam simultaneamente, como se disputassem o turno, tentando sobrepor suas idéias mesmo que alguns critérios de polidez sejam *violados*.

Cabe ressaltar, ainda, que, mesmo que se identifique num determinado diálogo a troca de turnos, isso não significa que os participantes estejam construindo o tópico utilizando igual forma de participação, pois pode acontecer de, em uma determinada conversação, os turnos se alternarem, mas a intervenção de um dos participantes pode vir a ser mais efetiva, quando ele sustenta o turno mais tempo do que o outro, por exemplo, que pode, por sua vez, constituir-se um falante que atue como um espécie de “vigia” “seguidor” da fala daquele que desenvolve o tópico. Sendo assim, o número de turnos de um falante não caracteriza a participação ativa na confecção do tópico, já que dois interlocutores podem apresentar o mesmo número de turnos numa conversação, mas um deles pode constituir-se em um participante que assume turnos inseridos,² pouco relevantes para a construção do tópico.

Para Saks, Schegloff & Jefferson (1974), a passagem do turno é resposta à solicitação do ouvinte, que pode fazê-la explícita ou implicitamente, e surge da percepção do que ouve, ou seja, ele percebe que *chegou no ponto em que lhe cabe tomar o tópico conversacional (assunto tratado) por meio de um turno nuclear* (Galembeck, 1995). Esse ponto para os autores acima são os L-RTs (lugares relevantes para a transição). Isso significa que os par-

² Não se quer dizer com isso que todos os turnos inseridos não contribuem para a construção do tópico. Excetue-se os interacionais

ticipantes de uma conversação podem intuir sobre o momento de tomar a palavra (passagem consentida), passar o turno durante uma conversação (passagem requerida). Tanto o ouvinte quanto o falante conseguem, quando da construção da interlocução, perceber a necessidade de colaborar com a construção do tópico e de, enquanto falante, ceder o lugar para que o outro intervenha e, na posição de ouvinte, inferir sobre o momento de assumir o turno.

Vale ressaltar que mesmo que essa intervenção sirva apenas para confirmar o que está sendo dito, ela se constitui um turno. O que é muito comum na conversação assimétrica.

Mas retomando a percepção da qual se falou acima, é importante dizer que ela nem sempre desencadeia a cessão de turno ao outro. Em algumas situações, mesmo quando se percebe que o ouvinte quer falar, não se lhe cede a palavra. Principalmente se aí há uma relação de hierarquia, poder, por exemplo, nos quais o detentor dos tais se sente no direito de dirigir, apontar o curso do diálogo e de fazer o outro ouvir, utilizando procedimentos que lhe assegurem o turno.

4 O TÓPICO E O ASSALTO AO TURNO

Não é raro acontecer dentro de uma conversação o *assalto ao turno*, que é uma espécie de invasão do turno do falante, que se dá quando o ouvinte detecta o *lugar relevante para transição* do turno que pode se apresentar de forma explícita ou implícita. O *assalto com deixa*, uma das modalidades do assalto do turno é, na verdade, um procedimento do ouvinte que se caracteriza pela habilidade em aproveitar-se de uma sutil brecha deixada pelo falante durante a gestão do turno. No exemplo abaixo a pausa (mas::...) se configura uma “deixa”:

- L1 (...) mas chegar uma hora digamos que... que tem quase tudo se fazendo por computador então o cara aprende como fazer mas:....
- L2 mas você acha que dá? acho que algumas coisas dá...

(inq.343, linhas 888-891)

Já o *assalto sem deixa* parece, *a priori*, configurar-se uma total “transgressão às regras de polidez”, já que nem sequer brechas são deixadas pelo falante, que tem seu turno “roubado” durante sua fala. Os dois tipos de assaltos resultam na sobreposição de vozes. Mas talvez aquele que se dá com *deixa* favoreça o menor tempo de sobreposição, visto que, geralmente, nesse tipo de assalto o ouvinte se aproveita de uma fala que já é mais lenta, por isso, mais fácil de ser freada. Entretanto, isso é relativo, pois pode ser que o assalto se dê muito rapidamente, e o falante que sofreu tentativa de assalto de turno, proceda à sua fala, sem necessidade de freá-la, ou esteja disposto a “defender a todo custo” o seu turno. O trecho abaixo é exemplo de um assalto de turno sem “deixa”, pois corresponde a uma intervenção brusca que causa inclusive sobreposição de vozes:

- L2 (...)o dia
Que você estiver chateado o dia estiver muito bonito você pode pegar seu carro e; dar uma descollada para o litoral e tal
- L1 [é mas seria difícil né?
Que você para subsistência você
- L2 [um dia chuvoso
- L1 você precisa trabalhar bastante

(inq. 062, linhas 270-277)

Mas retomemos o assalto do *turno sem deixa*, relacionando-o à “transgressão das regras de polidez”, que pode ser, na verdade, uma contribuição extremamente rica para a construção do tópico se considerarmos que essa brusca interrupção não significa exatamente uma violação, considerando-se o dinamismo da conversação. O “fala um por vez” não raro é desconsiderado dentro de uma conversação. Assim, é comum nos depararmos com a sobreposição de vozes que, ao contrário de ser uma violação das regras de polidez, assinala o uso do turno, por parte do interlocutor que assalta, para construir, em colaboração com o que gesta o turno, apresentando ponto de vista contrário ou a favor, ao desenvolvimento do tópico. *É que, geralmente, as falas simultâneas indicam antes o desejo de participar, o envolvimento na construção de uma tarefa comum* (Galembeck, 1995).

5 CONCLUSÃO

Os procedimentos de troca de turno dentro de uma conversação, bem como sua tipologia, função, gestão e sustentação vão indicar o nível de participação dos interlocutores na construção do tópico conversacional, que pode ser construído numa conversação simétrica, na qual os participantes são igualmente efetivos, participando ambos com turnos nucleares, que dizem respeito ao referente; ou na assimétrica, em que um dos participantes desenvolve o tópico, enquanto o outro apenas lhe monitora, confirma, segue, utilizando turnos inseridos. Essa forma diferente de participação no desenvolvimento do tópico não quer dizer que não houve colaboração entre os interlocutores da conversação, mas

sim, que um deles apresentou desempenho mais efetivo para essa construção, inclusive, expondo mais seu ponto de vista.

A alternância de papéis dentro da conversação aponta para a cumplicidade entre os interlocutores, que são capazes de dar continuidade ao tópico quando tomam a palavra, revelando o caráter contínuo dos procedimentos de troca de turno. Longe de ser uma parada, a sutil pausa do falante que se torna ouvinte é um lugar de transição entre a fala dos participantes e ratifica que a conversação não é *um aleatório de enunciados*, nem quando se trata do assalto ao turno e da sobreposição de vozes, que muito contribuem para o desenvolvimento tópico, embora, aparentemente desrespeitando algumas regras de polidez.

A conversação, ao contrário de ser um processo aleatório, é sobretudo, um processo extremamente animado, cuja dinamicidade não empobrece ou subtrai a sintonia entre seus participantes, que jogam este jogo animado, obedecendo a regras, mesmo quando parecem transgressores. Além disso, falar adequadamente não é exatamente obedecer a regras, ao certo de um outro contexto de comunicação que não se aplica à modalidade falada e mais especificamente à conversação. Também não é verdade que os caminhos enviesados não levam a um objetivo comum ou a lugar nenhum: se “Deus escreve certo por linhas tortas”, os homens podem falar “certo” por meio procedimentos aparentemente “tortos”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOCH, Ingedore *et al.* (Orgs). *Tópicos em Lingüística de Análise de Textos e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

- OLIVEIRA, Mariângela Rios de. *Repetição em diálogos: Análise funcional da conversação*. Niterói: EDUFF, 1998.
- PRETI, Dino *et al.* (orgs.). *Estudos de língua falada — variação e confrontos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.
- _____. *Análises de textos orais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

LES CONSTRUCTIONS RELATIVES ENCHÂSSÉES EN FRANÇAIS

Abdelhak Razky
Universidade Federal do Pará

Abdelkhalek Razky
Faculté des Lettres – Tétouan

- RESUMO: *Esse artigo tem como objetivo a descrição do fenômeno de relativização através das relativas embutidas em francês. O ponto de vista adotado aqui segue as hipóteses e argumentos da Gramática Funcional de Simon Dik.*
- PALAVRAS-CHAVE: *Gramática Funcional; Relativas; Sintaxe.*
- ABSTRACT: *This article aims at describing the phenomenon of relativization through embedded relatives in French. The point of view adopted here follows the hypotheses and arguments of Functional Grammar by Simon Dik.*
- KEY WORDS: *Functional Grammar; Relatives; Syntax.*

INTRODUCTION

Nous essayerons, dans le présent article, de décrire et expliquer le phénomène de relativisation à travers les relatives enchâssées du français, et ce, à la lumière des hypothèses et argumentations de la Grammaire Fonctionnelle de Dik (GF dorénavant), dans sa première version.¹

¹ La première version de la G F est représentée essentiellement par les ouvrages de Dik (1978 et 80 a -b). L'ouvrage de Dik (1989) marque, quant à lui, le début de la nouvelle (deuxième) version.

Cet essai permettra de traiter, tout d'abord, la question de la typologie des relatives avant de passer à la formulation du processus de formation des relatives enchâssées.

L'un des objectifs secondaires de l'étude réalisée est de traiter les phrases relatives qui constituent l'entrée française d'un dictionnaire bilingue français-occitan. La cible de la présente étude est par conséquent la macrostructure française du dictionnaire bilingue comportant des phrases relatives (exemple: qui peut être tranché: *trencadèr* [PASSIVABLE]; qui est tranchable; qui est domestiqué; qui est domesticable, etc.). Ainsi, on vise à produire une description optimale des faits, avec essai de formalisation.

1 TYPOLOGIE DES PHRASES RELATIVES

1.1 TYPOLOGIE TRADITIONNELLE

En grammaire traditionnelle du français comme des autres langues romanes, les relatives sont divisées en deux classes:

- (i) Relatives restrictives.
- (ii) Relatives appositives.

Ces deux classes peuvent être exemplifiées ainsi:

- (1) a — Le journaliste que Jean avait contacté est parti.
- b — Marie, qui a renversé un cycliste, est inquiète.

(1 a) représente une relative restrictive étant donné que la référence de l'antécédent *le journaliste* est restreinte à celui que *Jean avait contacté*. Autrement dit, la subordonnée relative que

Jean avait contacté détermine le terme *le journaliste* d'où l'autre nom donné à ce type de relatives, à savoir relatives déterminatives.

La phrase (1 b), quant à elle, indique une relative appositive dont le rôle est de fournir des précisions se rapportant au fait contenu dans la principale. Ici, la précision a une valeur circonstancielle de cause (l'inquiétude de Marie est due au fait qu'elle a renversé un cycliste).

Cette classification traditionnelle est insuffisante car elle ne reflète pas les différentes caractéristiques des constructions relatives.

1.2 TYPOLOGIE FONCTIONNELLE

En GF, on distingue deux types de relatives (cf. Moutaouakil 1988: 220): les relatives enchâssées et les relatives non enchâssées.

Au début, nous aborderons le cas des relatives non enchâssées; puis nous passerons à celui des relatives enchâssées, objet de notre étude.

1.2.1 Relatives non enchâssées

Ces relatives sont considérées comme des circonstants de différentes valeurs. Par le biais de ce circonstant, la relative non enchâssée véhicule une information nouvelle qui vient s'ajouter à l'information pragmatique de l'allocutaire. Ainsi, dans (1 b), la relative non enchâssée *qui a renversé un cycliste* est un circonstant de cause utilisé par le locuteur pour informer l'allocutaire sur les raisons de l'inquiétude de Marie.

Par conséquent, la relative non enchâssée ne restreint rien. Le syntagme nominal qui la précède forme un terme indépendant² et complet. Concernant ce terme, il peut être un nom propre ou un nom commun comme on peut le voir, respectivement, dans les énoncés suivants:

(2) a — *Jean*, qui revenait d'un long voyage, était accueilli chaleureusement.

b — *La chanteuse*, dont le frère est sorti de prison, donne une réception.

En outre, et à l'instar des prédictions parenthétiques, la relative non enchâssée marque une unité autonome d'intonation par rapport à la prédication dans laquelle elle est insérée. A titre d'exemple, la relative non enchâssée *qui revenait d'un long voyage* se détache, au moyen de la virgule (à l'écrit) ou de la pause (à l'oral), du terme *Jean* et du prédicat *accueillir*.

1.2.2 Relatives enchâssées

Dans son étude de l'expression des restricteurs en anglais, S. Dik (1978: 59) considère les constructions relatives enchâssées comme faisant partie de l'ensemble des Restricteurs qui apparaissent de différentes façons dans les structures syntaxiques des termes. Ainsi, on doit distinguer la tête d'un terme des modificateurs de la tête.

² Le syntagme nominal (SN) précédant la relative non enchâssée est indépendant, i.e. qu'il ne fonctionne pas comme tête, alors que le SN précédant la relative enchâssée forme une tête par rapport à ladite relative (enchâssée) qui se comporte comme restricteur modificateur de tête.

Ces modificateurs peuvent se présenter sous diverses formes en fonction de la catégorie syntaxique du prédicat, du restricteur, et d'autres propriétés structurales dudit restricteur.

Concernant le français, cette étude donnerait ce qui suit:

(i) Syntagme attributif:

(i 1) Syntagme nominal avec spécifieur:

(3) a — Une valise de cuir

b — La valise de Marie

c — Un enfant d'une grande intelligence

d — La table dans le salon

(i 2) Syntagme adjectival:

(4) La valise noire

(i 3) Syntagme participial:

(5) Le gangster tirant sur la foule

(i i) Phrase relative:

(6) a — Une valise qui est faite de cuir

b — La valise qui est à Marie

c — Un enfant qui a une grande intelligence

d — La table qui est dans le salon

e — La valise qui est noire

f — Le gangster qui tirait sur la foule

Pour Dik (1978: 60), les restricteurs pouvant être réalisés comme modificateurs du type (i 1,2,3), peuvent, en général, être exprimés aussi au moyen des phrases relatives puisque tous les restricteurs ont la structure fondamentale des prédictions ouvertes, et la plupart des phrases relatives reflètent cette structure de la prédication sous-jacente. Il considère les modificateurs du type (i1,2,3) comme des moyens réduits de l'expression des restricteurs, d'une part (moyens dont l'une des raisons d'existence est

d'exprimer diverses contraintes sur la sélection des phrases relatives), et d'autre part, chaque langue a besoin de termes où un nombre de différents restricteurs modifient successivement la même tête.

Cette étude de Dik portant sur les restricteurs en anglais, nous permet de voir qu'en français aussi (et probablement dans d'autres langues), la relative enchâssée constitue un élément d'un argument de la prédication. Ainsi, cet argument se compose de deux éléments: une tête et un modifieur (restricteur).

Cela peut être schématisé à l'aide de l'exemple (1 a) que nous reprenons ici pour convenance:

(1) a — Le journaliste que Jean avait contacté est parti.

(i) Argument de la prédication (1 a):

— Le journaliste que Jean avait contacté

(i i) Tête de l'argument:

— Le journaliste

(i i i) Modifieur de la tête:

— que Jean avait contacté

Notons que la phrase enchâssée ne peut être reliée qu'à un nom commun, comme le montre l'agrammaticalité de (7b):

(7) a — Le médecin qui a opéré Marie donne une conférence de presse.

b — * Jean qui a opéré Marie donne une conférence de presse.

Cette agrammaticalité, due au fait que la phrase enchâssée est reliée à un nom propre *Jean*, pourrait être évitée si la relative *qui a opéré Marie* était produite comme étant une relative non enchâssée (appositive):

(8) Jean, qui a opéré Marie, donne une conférence de presse.

En outre, la relative enchâssée se caractérise par le fait qu'elle véhicule une information devant être partagée par le locuteur et l'allocutaire. Autrement dit, cette information doit être présente dans l'information pragmatique des participants à l'échange verbal.

2 FORMATION DES RELATIVES ENCHASSEES

En GF, Dik (1980 a: 55-57) propose deux stratégies pour rendre compte de la formation des relatives enchâssées (restrictives) des langues naturelles.

Nous allons présenter lesdites stratégies à l'aide de la construction (9) et ses représentations sous-jacentes (10 a-b):

(9) L'homme qui avait accompagné Jean (est arrivé).

(10) a — (d1 xi: homme N (animé-humain-mâle) (xi) Et:

accompagner V (xi: animé (xi)) Ag

(d1 x j: Jean N (animé-humain-mâle) (xj) Et) Pat)

b — (d1 xi: homme N (animé-humain-mâle) (xi) Et:

Sub accompagner V (xi: animé (xi)) Ag

(d1 xj: Jean N (animé-humain-mâle) (xj) Et) Pat)

L'objet des deux stratégies est d'expliquer le fait que le second restricteur de (10 a) (xi) avec la fonction sémantique Ag (Agent) sera réalisé comme une phrase relative:

(i) Première stratégie:

Le pronom relatif approprié (le terme marqué par R) est sélectionné à partir du lexique basique et inséré dans la position (xi) Agent du prédicat verbal *Accompagner* dans (10a). Cette stratégie permet la réalisation de (9) dérivée de (10 a).

(i i) Seconde stratégie:

Dans cette stratégie, l'opérateur Sub.(Subordonnant) est antéposé au second restricteur (xi) de (10 a), ce qui mène à la réalisation de (9) partir de (10 b).

Il est à rappeler, en ce qui concerne la formation des relatives enchâssées, qu'il faut partir de prédication ouverte en (x i) pour la construction de représentations sous-jacentes de termes. C'est le cas de (9), relative conçue comme prédication ouverte en (x i) dérivée des représentations sous-jacentes (10 a- b) correspondant, respectivement, à la première et seconde stratégie. Dans ces représentations, la tête de l'argument est *l'homme*, et le modifieur de la tête est la relative enchâssée (Restricteur) *qui avait accompagné Jean*.

Pour mieux illustrer ces deux stratégies, citons la forme générale de la structure sous-jacente des relatives enchâssées utilisée par Moutaouakil (1988, p.223-224):

(1 1) Forme générale de la structure sous-jacente des relatives enchâssées:

(i) 1ère stratégie:

[... (wxi): α (xi): [ϕ ... (R xi)...] (xi)...]

où w = un opérateur de terme; α = premier restricteur;

ϕ = un prédicat.

La relative enchâssée contient une position de terme non spécifiée (Rxi) dans laquelle le pronom relatif approprié est inséré plus tard par les règles d'expression.

(ii) 2ème stratégie:

[... wxi: α (xi): R ϕ ... (xi)...] (xi)...]

La structure sous-jacente de la prédication relative contient un symbole R antéposé au second restricteur. Ce symbole R, placé en tête du second restricteur ou modifieur, sera réalisé comme un marqueur relatif. La structure sous-jacente en question contient également une position de terme non spécifiée qui apparaîtra en surface comme anaphore zéro en français.

On constate que, dans la première stratégie, la représentation du relatif dans la prédication enchâssée en tant qu'argument de ladite prédication ne reflète pas adéquatement les caractéristiques du marqueur relatif. En revanche, la seconde stratégie semble mieux refléter la procédure de relativisation dans la mesure où le Relatif est en tête de la relative enchâssée, sous la forme de l'indicateur R, et, également, parce que la relative enchâssée contient une position de terme non spécifiée (coréférentielle avec le premier restricteur (tête)) qui se réalise au moyen des règles d'expression comme anaphore zéro.

Nous montrerons, dans ce qui suit, les étapes par lesquelles passe la production des relatives enchâssées en français conformément à la seconde stratégie.

2.1 STRUCTURE PREDICATIVE

Reprenons l'exemple (1 a):

(1) a — Le journaliste que Jean avait contacté est parti.

La structure prédicative à l'origine de la dérivation de (1 a) est (12):

(12 [Perf [Pass partir V (d1 xi: journaliste N (xi):
[R [Perf [Pass contacter V (d1 x j: Jean (xj)) Ag
(xi) Pat]]] (xi) Ag]]

Dans (12), Perf, et Pass = (respectivement) les opérateurs de prédicat Perfectif (aspect) et Passé (temps); det 1 = (respectivement) les opérateurs de terme défini et singulier; = "telle que"³.

La structure prédicative (12) appelle les remarques suivantes:

- (i) L'argument du prédicat *partir* (journaliste) est un terme auquel l'ensemble des référents potentiels est restreint par un restricteur nominal N. (1^{er} restricteur), lui-même restreint par une prédication relative (2^{ème} restricteur).
- (ii) La prédication relative est introduite par le marqueur relatif (R), et le deuxième argument de cette prédication est une position non spécifiée (anaphore zéro en surface) coïncidée avec le premier restricteur N. et ayant la fonction sémantique Patient (Pat) conformément au type d'état de choses, Action, de la prédication enchâssée où elle apparaît.
- (iii) Le terme (xi) en entier a la fonction sémantique Agent (Ag) dépendant du prédicat principal *partir*, non du premier restricteur de ce terme.

³ " telle que" indique qu'il s'agit d'une prédication ouverte en (xi), comme c'est le cas de la relative enchâssée (Restricteur).

2.2 STRUCTURE FONCTIONNELLE

Pour aboutir à la structure fonctionnelle, les règles d'assignation des fonctions syntaxiques et pragmatiques ainsi que les règles de spécification des opérateurs de prédication vont être appliquées à la structure prédicative (12).

2.2.1 Assignation des fonctions syntaxiques

En GF, deux fonctions syntaxiques sont retenues: Sujet et Objet. Elles sont assignées en termes de perspective relative à l'Etat de choses véhiculé par le prédicat. Ainsi, le Sujet est considéré comme le premier terme de la perspective, et l'Objet son second terme.

Concernant les phrases complexes telles que les constructions relatives, les règles d'assignation des fonctions syntaxiques opèrent cycliquement. De ce fait, les fonctions Sujet et Objet sont assignées aux deux arguments (xj) et (xi) du prédicat enchâssé, respectivement, et, en outre, la fonction Sujet est assignée au terme entier (xi) du prédicat principal, ce dont résulte la structure fonctionnelle partiellement spécifiée (13):

(13) [Perf [Pass partir V (d1xi: journaliste N (xi):
[R [Perf [Pass contacter V (d1xj: Jean (xi)) Ag. Suj
(xi) Pat. Obj]]] (xi) Ag. Suj]]

2.2.2 Assignation des fonctions pragmatiques

Comme nous l'avons signalé plus haut en 1.2.2., la relative enchâssée véhicule une information partagée par le locuteur et l'allocutaire, d'où l'assignation de la fonction pragmatique Topic à ladite relative.

Donc, en partant de la structure (13), les règles d'assignation des fonctions pragmatiques vont opérer comme suit:

Contexte de la phrase (1 a):

(14) Quoi de neuf ?

(1) a — Le journaliste que Jean avait contacté est parti.

La fonction de Focus de nouveau est attribuée à l'ensemble de la phrase complexe (1 a) constituant la réponse de l'allocutaire à la question du locuteur (14). Par conséquent, (1 a) représente une information nouvelle pour le locuteur, information qui vient combler un vide dans son information pragmatique. Ce Focus partant sur l'ensemble de (1 a) est appelé Focus de phrase.

Quant à la fonction pragmatique de Topic, marquant une information partagée par les participants à l'échange verbal, elle est assignée deux fois:

(i) au premier restricteur *journaliste* (restricteur nominal (N), tête) par rapport au deuxième restricteur (La relative enchâssée *que Jean avait contacté*, modifieur de la tête);

(ii) et au terme (xi) dans sa totalité, par rapport au prédicat principal *partir*.

L'assignation des fonctions pragmatiques permet d'aboutir à la structure fonctionnelle

(fonctionnellement spécifiée) (15):

(15): [Perf [Pass partir V (d1xi: journaliste N (xi) Top:
[R Perf [Pass contacter V (d1xj: Jean (xj) Ag. Suj
(xi) Pat. Obj]]] (xi)) Ag. Suj. Top]] Foc. nouv]

2.2.3 Spécification des opérateurs de prédication

En GF, le rôle de l'opérateur de prédication est d'indiquer la force illocutionnaire (littérale ou contextuelle), appelée par Razky (1992, p. 28) But communicationnel (direct ou indirect).

Cette force peut être, selon le contexte, Assertion, Question, Reprêche, Requête, etc.

S'agissant de l'énoncé qui nous sert d'exemple ici, les règles de spécification des opérateurs de prédication vont agir sur la structure (15) de la manière suivante:

Le But communicationnel Assertion (Ass) est l'opérateur de la prédication principale (prédicat principal *partir*, et de la prédication enchâssée (relative avec prédicat enchâssé (*contacter*).

Cette spécification des opérateurs de prédication permet d'arriver à la structure fonctionnelle totalement spécifiée (16):

(16) [Ass [Perf [Pass partir V (d1xi: journaliste N (xi)
Top:
[R [Ass [Perf [Pass contacter V (d1xj: Jean (xj)) Ag.
Suj
(xi) Pat. Obj]]]] (xi)) Ag. Suj. Top]] Foc. nouv]

2.3 STRUCTURE EN CONSTITUANTS

Cette structure est obtenue après application des règles d'expression dont le rôle est de spécifier la forme et l'ordre des constituants, et les traits relatifs à l'accent et à l'intonation de la prédication.

Les règles d'assignation des cas ne sont pas pertinentes en français étant donné que les cas, dans cette langue, sont abstraits. Par contre, en arabe, les cas sont morphologiques, d'où l'importance des règles en question.

2.3.1 Insertion du Relatif

Dans la prédication enchâssée relative, le marqueur du relatif R sera réalisé comme pronom relatif inséré au moyen des règles qui opèrent sur la base de critères formels ou sémantiques concernant le terme auquel correspond le marqueur R.

Ainsi, en français, ce marqueur peut être réalisé *qui*, par exemple, en vertu de la fonction syntaxique Sujet affectée au terme correspondant à ce relatif, terme dit argument par opposition à un terme satellite auquel correspond le relatif *où* réalisé comme tel vu sa fonction sémantique dans la plupart des cas (Locatif ou Temporel).

Qui et *ou* sont des relatifs simples, ce qui pose le problème des relatifs composés tels que *auquel*, *duquel à laquelle*, *de laquelle...* etc., dont l'insertion dépend non seulement de la fonction syntaxique ou sémantique du terme en rapport avec le relatif composé mais aussi de l'opérateur de ce terme (définition, genre et nombre).

Pour ce qui est de la phrase (1 a), nous nous inspirons de Moutaouakil (1988: 235), dans son étude de la relative en arabe, pour formuler les règles d'insertion du relatif *que* à la place du marqueur R:

(17) R > Pro. El.

(18) Pro. El > Que / (d1xi:.... (xi)) Pat. Obj

Les règles (17) et (18) montrent que l'indicateur R du pronom relatif sera réalisé "Que", pronom coréférentiel avec (xi) anaphore zéro (position non spécifiée) ayant la fonction sémantique Patient et la fonction syntaxique Objet.

De ce fait, nous aurons la structure (19) par application des règles (17) et (18) qui permettent l'insertion du pronom relatif *Que* dans la position occupée par l'indicateur R en tête de la relative enchâssée où la position (xi), deuxième argument de cette relative, est une anaphore zéro ou trace correspondant au relatif *Que*:

(19) [Ass [Perf [Pass partir V (d1xi: journaliste N (xi)
Top:
[que [Ass [Perf [Pass contacter V (d1xj: Jean (xj))
Ag. Suj
(xi) Pat. Obj]]]] (xi) Ag. Suj. Top]] Foc. nouv]

2.3.2 Règles de placement

Une fois les autres règles d'insertion appliquées (insertion des opérateurs de terme, de prédicat, de prédication...), les règles de placement convertissent la structure (19) en structure en constituants ordonnés selon un modèle positionnel prenant en compte le schéma général (20) et les règles du LIPOC (21) simultanément.

(20) et (21) sont proposés par Dik (1980 a: 71):

(20) P2, P1 (V) S (V) O (V), P3

où P2 et P3 indiquent, respectivement, les positions des fonctions pragmatiques externes Thème et Queue; P1 marque une

position spéciale réservée aux Complémentiseurs (mots interrogatifs, pronoms relatifs ou conjonctions de subordination) qui, s'ils ne sont pas présents dans la prédication, la position P1 est occupée par le constituant doté de la fonction pragmatique Topic ou Focus; V.S et O indiquent, respectivement, les positions Verbe Sujet et Objet.

(21) “ -Language Independent Preferred Ordre of Constituents” (LIPOC)

— Ordre préférentiel des constituants indépendant des langues:

CLITIQUE — PRO — SN — SN complexe — V — SN
— SP — Sub

En outre, selon Dik (1980 a: 71-72), le prédicat verbal V peut être divisé en Vf “finite verb” verbe fini et Vi “infinite verb” verbe non-fini. Vf désigne tout élément marqué par V seulement, et Vi marque tout autre élément V (verbe infinitif, verbe participe présent, verbe participe passé).

En ce qui concerne la phrase (1 a), les règles de placement vont fonctionner ainsi:

La première opération se situe au niveau de la prédication enchâssée. Elle consiste à placer *Que* en P1 *Jean* en S, *avait* en Vf et *Contacté* en Vi. Ensuite, le terme entier (xi), (Sujet-Topic) sera placé soit en P1 vu sa fonction Topic en vertu de (20), soit en position SN complexe conformément au modèle (21). Ce terme complexe sera suivi par le prédicat principal, *est* en position Vf et *parti* en Vi.

Par conséquent, on aboutit au type d'arrangement des constituants suivant:

(22) Le journaliste [que Jean avait contacté] est parti.

P1 S Vf Vi
(SN complexe (ou P1)) + Vf Vi

CONCLUSION

Cette approche fonctionnelle du phénomène linguistique de relativisation en français permet de faire la distinction entre les relatives enchâssées et les relatives non enchâssées.

Concernant les relatives non enchâssées (appositives), elles fonctionnent non pas en tant que restricteurs mais comme de simples circonstants véhiculant une information nouvelle pour l'un des participants à l'échange verbal.

Quant aux relatives enchâssées, objet principal de cet essai, elles se caractérisent par le fait qu'elles appartiennent à la famille des restricteurs, et que chacune d'elles constitue un élément d'un terme de la prédication.

Pour rendre compte de ces relatives restricteurs en français, la stratégie admettant l'hypothèse de l'existence d'un marqueur relatif et d'une position argument non spécifiée se révèle plus adéquate dans la mesure où elle rend possible la représentation sous-jacente du Relatif, sous la forme de l'indicateur R, en position initiale de la relative enchâssée (deuxième restricteur, Modifieur de la tête), ainsi que la représentation de l'anaphore zéro (coréférentielle avec le premier restricteur, tête, i.e. le terme antéposé à la relative).

BIBLIOGRAPHIE

- DIK, Simon.C. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland 1978.
DIK, Simon.(a). “Seventeen sentences: basic principles and application of Functional Grammar”. In: Moravscik, E. and Wirth, J.R. (eds) 1980.

- DIK, Simon.(b) *Studies in Functional Grammar*. London: Academic Press, 1980.
- DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar, Part I: the structure of the clause*. Dordrecht: Foris 1989.
- MOÛTAOUAKIL, A. *Essais en grammaire fonctionnelle*. Rabat: Smer 1988.
- RAZKY, Abdelkhalek. "Approche du phénomène de la Force Illocutionnaire en Grammaire Fonctionnelle de Simon C. Dik". *C.E.R / C.Li. D. (Cahiers d'Etudes Romanes/Centre de linguistique et de Dialectologie)*. 4, 1992 / 1.20-35. Université de Toulouse-Le Mirail, 1992.

A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA E A VARIAÇÃO DAS MÉDIAS PRETÔNICAS

Regina Celia Mendes Pereira
Universidade Federal da Paraíba

- RESUMO: *Estudo quantitativo sobre a variação das vogais médias pretônicas / e / e / o /, em sílaba inicial de vocábulo, nos padrões silábicos CV- e CVC-, no dialeto pessoense. Utilizando a metodologia da análise variacionista, foi examinada a fala de 60 informantes estratificados de acordo com o sexo, faixa etária e anos de escolarização. Constatou-se o predomínio das variantes abertas [é] e [ó], e que as variantes elevadas [i], [u] e as fechadas [ê], [ô] têm sua ocorrência determinada pela vogal da sílaba seguinte.*
- PALAVRAS-CHAVE:
- ABSTRACT: *Quantitative study on the variation of mid pretonic vowels / e / and / o /, in initial syllabic patterns as CV- and CVC-, in João Pessoa - PB. Making use of the variationist methods of linguistic analysis, it has been examined the speech of sixty people stratified in relation to sex, age and scholarship, through which it has been established that the low variants [e] and [ɔ] are predominant, and that the high variants [i], [u] and the mid variants [e], [o] are determined by the immediate next syllable.*
- KEY WORDS:

I INTRODUÇÃO

Esse artigo representa um recorte de nossa dissertação de mestrado, intitulada AS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS NA FALA DO PESSOENSE URBANO, onde analisamos a realização variável dessas vogais na cidade de João Pessoa, PB. Utilizamos o *corpus* do projeto VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NO ESTADO DA

PARAÍBA, composto de sessenta informantes, estratificados de acordo com sexo, idade e anos de escolarização. Esses informantes foram entrevistados individualmente por alunos participantes do projeto. Cada entrevista gravada tinha a duração média de sessenta minutos. Atualmente, essas entrevistas estão transcritas e armazenadas na UFPB, e aguardamos para breve a publicação do corpus.

Em nossa pesquisa, estudamos o comportamento variável das médias *e* e *o* (abertura / é // ó /, fechamento / ê // ô / e elevação / i // u /), em sílaba inicial de vocábulo, nos padrões silábicos CV- e CVC-. Consideramos como variáveis independentes os seguintes fatores: vogal da sílaba seguinte, atonicidade da vogal seguinte (casual ou permanente), classificação morfológica, contexto fonológico precedente e contexto fonológico seguinte.

Os dados foram trabalhados à luz da Teoria da Variação. Utilizamos os métodos de análise da Sociolinguística Quantitativa, submetendo, então, os dados ao programa computacional VARBRUL 2S, versão 1988.

A análise computacional demonstrou a influência determinante da variável VOGAL DA SÍLABA SEGUINTE no condicionamento das médias, por essa razão, descreveremos nesse artigo os resultados dessa variável.

II ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para avaliar melhor a influência das vogais seguintes sobre as médias, organizamos duas tabelas: uma com os dados da não-recuada / e /, e outra com os dados da recuada / o /. Foram examinadas 8.679 realizações para / e / e 6.401 para / o /, perfazendo um total de 15.080 ocorrências.

O fator atonicidade da vogal seguinte não foi considerado em virtude das razões apresentadas acima: Bisol (1981), Maia (1986), Silva (1989) e Battisti (1993) demonstraram a irrelevância desse fator no condicionamento das vogais / e / e / o / em sílaba inicial.

Diferentemente do critério adotado por essas pesquisadoras, optamos por separar as altas orais / i / e / u /, e as altas nasais / ã / e / õ /, a fim de controlarmos, sob o ponto de vista articulatorio (Mattoso, op. cit, p. 44), a influência da anterior / i / e da posterior / u /, separadamente. Bortoni (1992) adotou o mesmo procedimento. Por outro lado, agrupamos num mesmo contexto, as não altas nasais: **ã**, **ẽ**, **õ**. Essa atitude se justifica, primeiramente, pelo comportamento de **ã** e **õ** que se revelaram coincidentes no favorecimento da abertura das médias: E, finalmente, pela ocorrência mínima do contexto vocálico seguinte **õ**, ao longo de todo corpus, restringindo -se a três únicos vocábulos: **personagem**, **vergonha** e **responsável** todos de realização aberta.

Observemos os resultados referentes às tabelas 1 e 2 nas páginas seguintes.

TABELA 1 — VOGAL DA SÍLABA SEGUINTE
RESULTADOS PARA / E /

	I			é			ê		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
i Revista	1233/2069	60%	.65	483/2069	30%	.16	202/2069	10%	.19
U Verdura	92/476	19%	.17	317/476	67%	.55	67/476	14%	.26
E Cerveja	40/321	12%	.7	17/321	5%	.2	264/321	82%	.91
O Nervoso	17/224	8%	.7	45/224	20%	.9	162/224	72%	.84
é vegetais	20/405	5%	.6	330/405	81%	.59	55/405	14%	.35

o velocidade	155/765	20%	.19	543/765	71%	.59	67/765	9%	.22
a verdade	98/1237	8%	.10	982/1237	79%	.77	157/1237	13%	.13
i menina	632/760	83%	.97	124/760	16%	.2	4/760	1%	.1
ü segundo	101/226	45%	.83	122/226	54%	.14	3/226	1%	.3
ã vergonha	82/985	8%	.9	803/985	82%	.74	100/985	10%	.17
dit levou	276/1211	23%	.15	253/1211	21%	.11	682/1211	56%	.74

P = peso relativo

F = freqüência

**TABELA 2 — VOGAL DA SÍLABA SEGUINTE
RESULTADOS PARA / O /**

	U			ó			ô		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
i policial	654/839	78%	.82	143/839	17%	.8	42/839	5%	.10
u procurar	27/301	9%	.14	239/301	79%	.55	35/301	12%	.31
E Governo	933/1889	49%	.30	24/1889	1%	.2	932/1889	49%	.68
O, Gostoso	29/104	28%	.8	2/104	2%	.1	73/104	70%	.91
E Novela	75/568	13%	.9	465/568	82%	.76	28/568	5%	.14
O									
A Votar	190/1154	16%	.6	948/1154	82%	.92	16/1154	1%	.2
i Cozinha	162/171	95%	.95	4/171	2%	.1	5/171	3%	.4
U Profundo	11/51	22%	.27	38/51	75%	.66	2/51	4%	.7
ã momento	27/624	4%	.1	562/624	90%	.95	35/624	6%	.4
Dit Comeu	64/466	14%	.8	192/466	41%	.23	210/466	45%	.68

P = peso relativo

F = freqüência

De modo geral, os números correspondentes à não-recuada / e /, e à recuada / o / não apresentam grandes diferenças entre si. Vejamos, inicialmente, a distribuição dos índices de probabilidade e freqüência no contexto das altas orais e nasais: [i], [u], [ĩ] e [ü].

**TABELA 3 MÉDIAS ANTES DE ALTAS ORAIS
E NASAIS [i], [u], [ĩ] e [ü]
RESULTADOS PARA / E /**

	i			é			ê		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
i revista	1233/2069	60%	.65	483/2069	30%	.16	202/2069	10%	.19
u verdura	92/476	19%	.17	317/476	67%	.55	67/476	14%	.28
i- menina	632/760	83%	.97	124/760	16%	.2	4/760	1%	.1
u- segundo	101/226	45%	.83	122/226	54%	.14	3/226	1%	.3

**TABELA 4 — MÉDIAS ANTES DE ALTAS ORAIS
E NASAIS [i], [u], [ĩ] e [ü]
RESULTADOS PARA / O /**

	u			ó			ô		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
i policial	654/839	78%	.82	143/839	17%	.8	42/839	5%	.10
u procurar	27/301	9%	.14	239/301	79%	.55	35/301	12%	.31
i cozinha	162/171	95%	.95	4/171	2%	.1	5/171	3%	.4
ü profunda	11/51	22%	.27	38/51	75%	.66	2/51	4%	.7

Confirmando as hipóteses levantadas, os índices mais altos de elevação ocorrem diante de [i] e [ĩ], tanto para / e /, como para / o /. No caso específico da nasal [ĩ], a aplicação da regra de elevação tem caráter categórico (.97 para / e / e .95 para / o /). Os

únicos vocábulos que apresentam variação para / o / são : s [ô] rindo (1), r [ô] tina (4) e r [ó] tina (3). Os demais permanecem invariavelmente altos.

Ex.: c [u] zinha, d [u] rindo, d [u] mingo, s [u] brinha, f [u] cinho

No que se refere às variantes para / e /, podemos dizer que a mesma tendência se mantém. Só registramos quatro ocorrências da variante ê, e três delas pertencentes a informantes universitários, que demonstraram ser os mais favorecedores da variante fechada.

Ex.: n [ê] guinho, s [ê] ringa, r [ê] cinto e s [ê] guinte.

Excetuando - se o vocábulo **seguinte**, que também se apresentou como variante fechada (s [ê] guinte), todos os outros que se realizaram com a variante i permaneceram invariáveis.

Ex.: m [i] nina, s [i] rvindo, p [i] dindo, d [i] fini.

Apesar de dispormos de um percentual de (16%) para é, que poderia comprometer a natureza categórica da regra, constatamos que das 760 ocorrências disponíveis para / e / apenas 124 se realizaram como é, e dentre essas realizações (92%) são do verbo **terminar** e derivados, e o restante das ocorrências representada por vocábulos portadores do sufixo diminutivo - **inho (a)**, daí termos a explicação para o baixo valor atribuído ao peso relativo (.0,2). Isto é, a representatividade desse percentual é irrelevante, não interferindo, portanto nos resultados.

Além disso, no caso específico do vocábulo **terminar**, ocorre a sobreposição de fatores, uma vez que, no contexto fonológico seguinte (trataremos desse contexto nas seções seguintes), a

vibrante posterior / r⁻ / demonstrou favorecer a abertura das vogais.

No que concerne aos vocábulos portadores do sufixo diminutivo, tivemos registro de apenas oito ocorrências invariáveis:

Ex.: r [é] zinha (1), p [é] stinha (1), r [é] stinho (1), p [é] rtinho, f [é] stinha (2)

Silva (1989, p. 193) constatou que, também no dialeto de Salvador, as pretônicas desses derivados não se modificam em função da vogal dos sufixos, mantendo o acento de origem. Em nosso dialeto, também constatamos a tendência da atonicidade casual da pretônica manter o acento de origem, inibindo assim a elevação.

Por outro lado, quando temos [u] e [u~] no contexto vocálico seguinte, a tendência se inverte. A alta oral posterior / u / não favorece a elevação nem de / e /, nem de / o /. Os valores percentuais revelam, ao contrário, a ocorrência majoritária das realizações abertas (é = 67% e ó = 79%). Bisol (1981) já registrara que a alta não homorgânica / u / tem influência menor na elevação das médias.

Ex.: p [é] ssual, v [é] rdura, d [é] putado, r [é] gular, p [é] lúcia, v [é] stuário, p [é] ruca, t [ó] rtura, c [ó] rrupto, p [ó] pulação,

Quando consideramos o peso relativo (é =.55 e ó =.55), verificamos que, apesar de esses valores serem inferiores aos registrados para o percentual (é = 67% e ó =79%), ainda assim a influência desse contexto sobre a realização aberta é significativa, uma vez que, na análise ternária, de acordo com o VARBRUL, números superiores a .30 demonstram o favorecimento da variável.

É conveniente ressaltar que [i] e [u] na sílaba seguinte se apresentam como os maiores favorecedores da realização variável nos três níveis: elevação, abertura e fechamento. Silva (1989) constatou que o mesmo fenômeno ocorre no dialeto de Salvador: a alternância entre i::ê::é e u::ô::ó ocorre apenas antes de vogais altas na sílaba seguinte. Foi possível encontrar as seguintes formas variantes no nosso corpus:

sufrimento	- sófrimento	- sôfrimento
turcida	- tórcida	- tôrcida
pronúncia (1 ocor.)	- pronúncia	- prônúncia (5 ocor.)
prcidente	- prsidente	- prsidente
rivista	- révista	- rêvista
filiz	- fêliz	- fêliz
prcisa	- prcisa	- prcisa
purtuguês	- pórtuguês	- pôrtuguês
sigurança	- ségurança	- sêgurança

No que diz respeito à alta posterior nasal [ã], percebemos um comportamento diferenciado para / e / e para / o /.

Retomemos os dados das Tabela 3 e 4 (apenas com as médias antes de [ã]).

/ e / e / o / antes de [ã]	u	ó	ô	i	é	ê
(pronúncia) Peso relativo =	.27	.66	.07	.83	.14	.03
(pergunta) Freqüência =	22%	75%	4%	45%	54%	1%

Se por um lado, o [ã] favorece a abertura de / o /, por outro, favorece a elevação de / e /. Note-se também que a aparente falta de paralelismo entre os valores do peso relativo e do percentual se justifica pela co-ocorrência de fatores. Apesar de os valores percentuais serem muito próximos para as variantes (i = 45% e é = 54%), o peso relativo se distancia de maneira acentuada (i = .83 e é = .14), e a referência ao peso relativo é mais importante na avalia-

ção das tabelas. Essa sobreposição de fatores se manifesta por conta da interferência da vibrante posterior / r̄ /, favorecedora da abertura, já que a maioria das ocorrências verificou-se em vocábulos como: **pergunta**, **perguntaram** e derivados. É muito precipitado também fazer qualquer inferência definitiva a respeito da elevação de / e / diante de [ã], já que 93% das ocorrências se restringem a **sigunda** e **sigundo**.

Vejamos agora, nas Tabelas 5 e 6, os contextos que se revelaram mais favorecedores da abertura das médias pretônicas.

TABELA 5 — MÉDIAS ANTES DE [ε], [ɔ], [a]
E DAS NÃO ALTAS NASAIS - RESULTADOS PARA / E /

	i			é			ê		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
é	20/405	5%	.6	330/405	81%	.59	55/405	14%	.35
vegetais	dipressa			seleção			vêgetais		
ó	155/765	20%	.19	543/765	71%	.59	67/765	9%	.22
relógio	milhor			resposta			remoto		
a	98/1237	8%	.10	982/1237	79%	.77	157/1237	13%	.13
verdade	divagar			relação			fechado		
ã e õ	82/985	8%	.9	803/985	82%	.74	100/985	10%	.17
vergonha	piqueno			levanta			sêmana		

TABELA 6 — MÉDIAS ANTES DE [ε], [ɔ] e [a]
E DAS NÃO ALTAS NASAIS - RESULTADOS PARA / O /

	u			ó			ô		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
é	75/568	13%	.9	465/568	82%	.76	5/568	5%	.14
noveta	buneca			prójetto			côlheres		
ó									
colocar									
a	190/1154	16%	.6	948/1154	82%	.92	16/1154	1%	.2
votar	butar			córação			pôrcaria		
ã e õ	64/624	14%	.1	562/624	90%	.95	35/624	6%	.4
momento	butando			próblema			momento		

Vemos novamente se confirmarem as expectativas. As ocorrências de variantes abertas são predominantes em contexto de mesma altura, e diante das não-altas nasais [ã], [e~], [õ]. Temos aí a aplicação da regra de harmonização vocálica atuando outra vez. Observamos também que, em termos gerais, a vogal recuada / o / está mais sujeita à regra de abertura do que a não - recuada / e /. Os valores probabilísticos e percentuais atribuídos à / o / são inequivocamente mais altos em todos os contextos considerados. Inclusive diante de [□], a realização aberta foi categórica: nenhum caso de elevação foi registrado, e os casos de fechamento se restringem a cinco ocorrências do verbo **colocar** e derivados.

Ex.: c [ô] locava (2), c [ô] locar (2), c [ô] locarem (1)

Nos demais registros, temos a ocorrência categórica de vocábulos como:

Ex.: c [ó] locar, pr [ó] posta, f [ó] rmosa, pr [ó] vocar, g [ó]stosa,
g [ó] stosona, ch [ó] colâte, f [ó] foca, c [ó] lorau, pr [ó] to-
colo

Convém explicar que a ligeira desproporção existente entre os valores atribuídos a **u** e **ô** se deve ao fato de que a grande maioria das ocorrências registradas para indicar a elevação de / o / antes de [ε] são do vocábulo **b[u]neca**. Por essa razão, na medida em que eleva o percentual, diminui o peso relativo. Retomemos, portanto, os valores presentes na tabela 6 (Médias antes de [ε], [□], [a] e das não altas nasais), especificamente no que se refere ao contexto de / o / antes de [ε].

/ o / antes de [ε] (boneca)		u	ô
	Peso relativo	= .0,9	.14
	Frequência	= 13%	5%

Em relação a / e / diante de [□], os resultados são bem diferenciados:

		i	é	ê
/ e / antes de [□]	P =	.19	.59	.22
(medrosa)	F =	20%	71%	9%

Os valores percentuais revelam o que já é consensual : a predominância da variante **é**. Por outro lado, quando observamos os valores probabilísticos referentes às variantes **i** e **ê**, constatamos sua grande proximidade (**i** = .19 e **ê** = .22), provocando, então, um certo desequilíbrio quando comparado aos valores percentuais (**i** = 20% e **ê** = 9%). A explicação para essa falta de paralelismo reside também na sobreposição de fatores, como já foi demonstrado anteriormente.

Nas ocorrências registradas para a elevação de / e /, tivemos a absoluta maioria (98%) do advérbio **melhor** e seus derivados verbais e nominais.

Ex.: m[i]lhores , m[i]lhorar , m[i]lhorando,
m[i]lhoramos, m[i]lhorava, m[i]lhorasse.

As outras ocorrências mínimas são de : **distroço** (1) e **di-solações** (1), que recebem a influência direta da sibilante / s / que já demonstrou, nos trabalhos aqui mencionados, favorecer significativamente a elevação.

Já para a variante **ê**, apesar da ocorrência predominante (75%) do advérbio **mêlhor**, houve uma variedade maior de vocábulos com realização fechada, elevando, portanto, o peso relativo.

Ex.: nêgócio, rêmoto, dêmocrático

É interessante observar que o único vocábulo que se apresentou predominantemente variável nos três níveis foi o advérbio **melhor** e seus derivados. Esses dados nos levam a concluir, então, que esses vocábulos, por si sós, não podem comprometer a predominância da realização aberta nesse contexto, já que existe uma grande diversidade de vocábulos para a variante **é**.

Ex.: resposta, réfogo, sérrote, débochando, nervosa, decorativo, pérgolado, séboza, negócio, rélogio, férvorosa, etc.

As tabelas 7 e 8 apresentam os contextos favoráveis ao fechamento das médias.

TABELA 7 — / e / diante de [ê], [ô] e ditongo

	i			é			ê		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
ê	40/321	12%	.7	17/321	5%	.2	264/321	82%	.91
cereja	bizerro			mércearia			pêrder		
ô	17/224	8%	.7	45/224	20%	.9	162/224	72%	.84
nervoso	milhorei			pessoal			chêgou		
dit	276/1211	23%	.15	253/1211	21%	.11	682/1211	56%	.74
levou	pidiu			géléia			rêspeito		

TABELA 8 - / o / diante de [ê], [ô] e ditongo

	u			ó			ô		
	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P	Apli/tot	F	P
ê	933/1889	49%	.30	24/1889	1%	.2	932/1889	49%	.68
governo	sussego			lóteria			correr		
ô	29/104	28%	.8	2/104	2%	.1	73/104	70%	.91
gostoso	buto(u)			córonel			côlocou		
dit	64/466	14%	.8	192/466	41%	.23	210/466	45%	.68
comeu	cubriu			jórnais			môrreu		

Analisando cuidadosamente os valores presentes na tabela acima, vemos a confirmação da hipótese de que as variantes fechadas **ê** e **ô** só predominam nos contextos de mesma altura, e de ditongos. Vale esclarecer que o ditongo foi tratado indistintamente, não importando se fosse crescente ou decrescente. Os ditongos nasais não foram considerados porque tiveram ocorrência inexpressiva, apenas cinco: pórtão, córdão, pôrão e quéstão.

Apesar de não termos controlado estatisticamente essa diferenciação entre os ditongos, pudemos observar que a distribuição das variantes nesse contexto ocorre de maneira previsível.

Ex.: i - preferencialmente diante de iu

pidiu, firiu, sirviu, vistiú (excetuando -se: dimais e dibaixo)

é - preferencialmente diante de : légaw, réawmente, réstaurante, gé-léia, pérfiw

ê - preferencialmente diante de: rêspeito, dêpois, pêrdeu, pêguei

u - preferencialmente diante de: cubriu, durmiu, pruveito

ó - preferencialmente diante de: jornais, móraw, fórmaw, locaw

ô - preferencialmente diante de: môrreu, nôtei, sôfreu, pôrão, bôtei

De modo geral, os resultados expostos nas Tabelas 7 e 8 não revelam surpresas. Os valores percentuais e probabilísticos mais altos, quase categóricos, atribuídos à realização fechada de / e / e / o /, se restringem aos contextos de mesma altura **ê** e **ô**, diminuindo um pouco diante dos ditongos.

No entanto, é interessante observar que no nosso dialeto, a vogal não recuada / e / está mais favorável ao fechamento do que à elevação. Considerando o consenso existente entre os pesquisadores já citados neste trabalho, de que a realização fechada das vogais pretônicas é pouco provável no nordeste, e que o fenômeno de elevação é uma tendência convergente entre os dialetos brasileiros, causa uma certa surpresa, então, verificar que dos onze contextos vocálicos considerados, a variante *i* só predomina sobre *ê*, quando se encontra diante de [i], [ĩ], [ã]. Nos outros oito contextos restantes, *ê* é mais provável de ocorrer (consultar TABELA 2). No que se refere à vogal recuada / o /, o número de contextos em que *ô* predomina sobre *u* cai para seis. Sendo que, em três desses contextos, a diferença entre os pesos relativos das variantes *u* e *ô* revelou-se inexpressiva.

Os únicos resultados da Tabela 8 que merecem um esclarecimento particular são os referentes a / o / antes de [e]. Vejamos a distribuição dos valores:

RESULTADOS PARA / O / DIANTE DE [e]				
/ o / diante de [e]		<i>u</i>	<i>ô</i>	<i>ê</i>
(governo)	Peso relativo	.30	.02	.68
	Frequência	49%	1%	49%
	Aplic./ total	933/1889	24/1889	932/1889

Em primeiro lugar, o que mais chama a atenção nesses dados é o alto número de ocorrências e a perfeita distribuição existente para as variantes *u* e *ô*. Isso se explica pela presença da conjunção **porque**, já que apesar de o fator classe de palavras não ter sido escolhido pelo programa como significativo no condicionamento da realização da média, mantivemos a codificação para a conjunção a fim de acompanhar o comportamento variável da vogal nessas condições. **Porque** se realiza variavelmente como

p[u]rque ou **p[ô]rque** indistintamente: das 1650 ocorrências da conjunção, 869 foram de **p[u]rque** e 781 de **p[ô]rque**.

Em segundo lugar, já que a labial precedente demonstrou favorecer a elevação das vogais pretônicas, justifica-se assim a diminuição no peso relativo da variante *u* (*u* = .30 e *ô* = .68), devido à sobreposição de fatores (influência do contexto fonológico precedente).

Comparando, então, os nossos resultados gerais com os do dialeto de Salvador, observamos que existem poucas diferenças entre os dois dialetos, apesar de serem bem significativas.

Dialeto de Salvador:			
<i>i</i> = 20,3%	<i>é</i> = 60,3%	<i>ê</i> = 19,4%	
<i>u</i> = 24,9%	<i>ó</i> = 57,8%	<i>ô</i> = 17,3%	
Dialeto de João Pessoa:			
<i>i</i> = 34%	<i>é</i> = 44%	<i>ê</i> = 21%	
<i>u</i> = 35%	<i>ó</i> = 42%	<i>ô</i> = 22%	

Essas diferenças se tornam mais significativas, à medida em que consideramos que a amostra de Salvador se constitui apenas de falantes universitários, que demonstraram ser os mais favorecedores das variantes *ê* e *ô* (Silva, 1991, p.84-86).

Como em nossa pesquisa trabalhamos com cinco níveis de escolaridade, podemos concluir que, em termos gerais e percentuais, o pessoense eleva e fecha mais as vogais, ao mesmo tempo em que abre menos que os soteropolitanos.

No entanto, analisando horizontalmente os resultados, constatamos que os valores são coincidentes, apesar de diferirem proporcionalmente. Em primeiro lugar, temos as ocorrências abertas, seguidas pelas altas, e finalmente pelas fechadas. Só que no caso de Salvador, as variantes abertas são superiores às altas e fechadas juntas.

Já no que diz respeito às conclusões obtidas, os resultados são extremamente parecidos. Silva afirma que a alternância u:: ó:: ô e i:: é:: ê, só se configura diante de vogais altas orais e nasais (i, u, î, û). Nos outros casos, ocorre uma relação de complementaridade entre as vogais médias, que não ocorrem antes de vogais de mesma altura; e as baixas que ocorrem nos outros contextos restantes.

No nosso caso, a alternância entre as três variantes i, é, ê e u, ó, ô também ocorre antes de altas orais, mas não diante das altas nasais. Também registramos uma alternância entre os três níveis de altura para / e / diante de [λ], bem exemplificada pelos vocábulos: melhor, méllhor e mêlhor.

Nos outros contextos, as variantes se encontram em distribuição complementar: médias fechadas antes de vogais fechadas, e médias abertas antes de vogais abertas.

Em relação às altas nasais [î] e [û], temos um comportamento diferenciado. A nasal [î] favorece a elevação categórica tanto de / e / como de / o /. Enquanto que a nasal [û] favorece a abertura de / o /, e a elevação de / e /.

Podemos então, reconhecer que as três regras básicas sugeridas por Silva (1989), para descrever o comportamento da pauta pretônica baiana, podem perfeitamente se aplicar ao nosso dialeto, com uma pequena alteração na regra variável de elevação.

III FORMALIZAÇÃO DO CONDICIONAMENTO EXERCIDO PELA VOGAL SEGUINTE NA REALIZAÇÃO DAS VARIANTES PRETÔNICAS

1) Regra Categórica de Timbre → determina para as pretônicas de traço [- alto - nasal] o traço [- baixo] para as vogais

que estiverem no contexto de mesma altura (ê e ô); e o traço [+ baixo] às que estiverem nos seguintes contextos : antes de a, é, ó, â, ê, õ.

Ex.: [- baixo] fêvereiro, mêxer, bêber, rêceber, sêmelhante, vêrmelho
sêtor, dêcorei, nêrvosismo, têrrorista, pêsçoço, pêssoal
môrrer, gôverno, pôbreza, bôletim, sôfrer, côrrer, prôteger
gôstoso, fôfoqueira, môtorista, sôcorrer, côlorida, chôrou

[+ baixo] féderal, dêterminado, sêmbestre, véterano, répresentante
résposta, négócio, rélógio, nêrvosa, dêcorativo, médrosa
cólégio, flôresta, lôteria, nôvela, prócesso, tólerante
côlocar, próposta, fôfoca, góstosa, chôcolate, fôrmosa

relação, vérdade, mércado, pédaço, gérados, sécar, lévar
côração, jógava, lôtado, fôrmar, chórar, tócar, mórar
désenho, pésando, résponsável, réclama, pésonagem
prôblemas, córtando, nôvembro, chócando, mórrendo

2) Regra Categórica de Elevação → determina para as pretônicas de traço [- alto - nasal], o traço [+ alto] quando estiverem no contexto de vogal [+ alta, + anterior, + nasal]

Ex.: minina, pidindo, siguindo, seguinte, sirvindo, difini
cuzinha, dumingo, durmiindo, fucinho, subrinha, muringa

3) Regra Variável de Elevação → determina para as pretônicas de traço [- alto - nasal], a troca do sinal [- alto], preferencialmente, no contexto de vogais altas e de certas consoantes.

Ex.:	tiria	-	téria	-	têria
	pricisa	-	précisa	-	prêcisa
	sigurança	-	ségurança	-	sêgurança
		-	rêcusam	-	rêcusam
	sufrimento	-	sófrimento	-	sôfrimento
	purtuguês	-	pórtuguês	-	pôrtuguês
	turcida	-	tórcida	-	torcida

4) Regra Variável de Timbre → determina para as pretônicas de traço [-alto, -nasal], a troca do traço [+ baixo], preferencialmente no contexto de vogais altas não nasais, dos ditongos, e especificamente para / e /, também no contexto de é ; e inseridas num determinado contexto social.

Ex.:	_____	-	pêsquisa	-	pêsquisa
	_____	-	pêssual	-	pêssual
	_____	-	pêriodo	-	pêriodo
	_____	-	pêrdia	-	pêrdido
	_____	-	tôrtura	-	tôrtura
	_____	-	côrrupto	-	côrrupto
	dipóis	-	_____	-	dêpois
	_____	-	crêscceu	-	crêscceu
	butei	-	_____	-	bôtei
Só para / e /:	_____	-	nêcessitada	-	nêcessitada
	_____	-	fêderal	-	fêderal
	_____	-	cêlebração	-	cêlebrando

IV CONCLUSÃO

Concluimos, portanto, que os resultados obtidos são previsíveis. As variantes abertas [é] e [ó] são majoritárias no dialeto pessoense, apesar de haver ocorrência significativa de variantes elevadas [i] e [u] e fechadas [ê] e [ô], que estão sempre subordinadas à presença de vogais de mesma altura na sílaba seguinte. Logo, médias altas ocorrem predominantemente antes de [i], [ã] e [ã], e as médias fechadas exclusivamente antes de [e], [o] e de certos ditongos.

Na verdade, é o princípio da harmonização vocálica que rege a variação da pauta pretônica no dialeto pessoense. Isso justifica a posição da variável vogal da sílaba seguinte que se evidencia

como a mais importante em relação às demais variáveis lingüísticas e sociais consideradas em nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTISTI, Elisa. *Elevação das vogais médias pretônicas em sílaba inicial de vocábulo na fala gaúcha*. Rio Grande do Sul, 1993. Dissertação (Mestrado). UFRS.
- BISOL, Leda. *Harmonização vocálica*. Rio de Janeiro, 1980. Tese (Doutorado). UFRJ.
- BORTONI, Stela M., GOMES, Christina A., MALVAR, Elisabete. A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? Belo Horizonte. *Revista de Estudos da Linguagem*, ano 1, v.1, p.9-29, 1992.
- CÂMARA JR., J. MATTOSO. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 44.
- SILVA, Myrian Barbosa da. *As pretônicas na fala baiana — A variedade culta de Salvador*. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado). UFRJ.
- _____. Um traço regional na fala culta de Salvador. A variação no português do Brasil. *Revista do Instituto de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. V. 5, n. 18, p. 80, 1991.

**“AO VIVO” E “LEGENDADO”:
DA TRANSCRIÇÃO À DIGITALIZAÇÃO DE DADOS
DO ATLAS LINGÜÍSTICO SONORO DO PARÁ**

Orlando Cassique
Universidade Federal do Pará

- **RESUMO:** *Este trabalho apresenta, a partir da experiência de elaboração do Atlas Lingüístico Sonoro do Pará, a discussão sobre a possibilidade de evitar a intermediação representada pela transcrição e de oferecer à análise do lingüista o material coletado tanto mais “ao vivo” quanto possível, através de sistemas informatizados, ou, o que poderia ser melhor, colocar à disposição dos interessados esse mesmo material simultaneamente à transcrição.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Geo-Sociolingüística; Atlas Sonoro; Sonorização de Dados; Transcrição.*
- **ABSTRACT:** *This paper discusses, based on the experience of Atlas Lingüístico Sonoro do Pará composing, the arguing about possibility of avoiding the mediating represented by transcription and of giving to the linguist's analysis the collected material as alive as possible, through computing systems or, what would be better, make the material available at same time of transcription.*
- **KEY WORDS:** *Geo-sociolinguistics; Sonorous Atlas; Sets of Sonorization; Transcription.*

1 INTRODUÇÃO

Não há consideração, por mais breve que seja, a respeito da lingüística que deixe de se referir à língua falada como centro de atenção:

(...) a maioria dos atuais lingüistas modernos aceita axiomáticamente que o falar é fundamental e que a linguagem es-

crita é secundária e derivada[...]o som (e, mais especificamente, a gama de sons que podem ser produzidos pelos chamados 'órgãos vocais') é o meio a que a linguagem está incorporada [...] as línguas escritas resultam da transferência da fala para o meio secundário, visual. (...) (Lyons (1976))

Essa tomada de consciência no sentido da preeminência da língua falada começa, nunca é demais lembrar, em Saussure (1975). Com efeito, foi o mestre de Genebra quem, ao afirmar a necessidade do estudo sincrônico do sistema lingüístico a par do estudo diacrônico, oportunizou, para o século XX, o posicionamento da língua falada em primeiro plano:

A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam(grifou-se), e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho.

Contudo, a tentativa (sempre quimérica) de mergulho obrigatório na manifestação das castiças variações lingüísticas ficara a cargo das inspirações culturalistas do final do século XIX, cujo intento de examinar os fatores exteriores condicionantes das línguas acabou por desaguar no caudaloso rio dos estudos dialetológicos e no principal afluente destes, a geografia lingüística.

Ora, esse mergulho no empírico favoreceu de fato uma preocupação decisiva com a língua falada, cuja principal consequência é, certamente, a enfática preocupação com a complexidade do fenômeno lingüístico, a estabelecer a jurisdição do diferente, e ainda:

- a) a melhor definição do fenômeno (língua falada);
- b) o interesse pelo exame de fenômenos até então pouco ou não estudados, tais como os marcadores conversacionais, as estratégias do diálogo, as motivações discursivas de usos soldados à estrutura lingüística (gramati-

- calização) com o decorrer do tempo (conformações pancrônicas do fenômeno lingüístico)¹;
- c) a gestação de novas metodologias do ensino de línguas de natureza funcional-comunicativas;
- d) Maior reflexão sobre a apreensão dos dados lingüísticos, seja do ponto de vista da coleta, seja do ponto de vista da transcrição.

É a esse último aspecto que este escrito se refere. O chamado "apagamento do falante" no decurso de transcrições de dados, bem como as demais consequências da interferência da subjetividade do transcritor serão abordados na perspectiva de se colocar os dados diretamente à disposição dos estudiosos através de meios ligados à informática.

LIMITES DA TRANSCRIÇÃO

Urbano(1993), tratando sobre o que ele mesmo denomina transcrição ortográfica, utiliza as expressões "fixação de dados", "transferência de registro sonoro para o registro gráfico", "expressão gráfica dos sons e dos elementos prosódicos", "passagem do sonoro para o visual... do som", "desenho da fala", "fixação visual (gráfica) e convencional das realidades sonoras da língua oral".

¹ Votre & Naro (1989) referem como um exemplo agora clássico o estudo de Gilian Sankoff, de 1982, sobre o processo de cliticização do pronome sujeito em Tok Pisin (pidgin falado na Nova Guiné), exposto em "*Variability and explanation in language and culture*". As análises de dados feitas em quatro recortes sincrônicos entre 1885 e 1971 mostraram que o pronome sujeito cumpriu uma deriva caracterizada pela existência de motivações discursivas originais que avançaram para uma situação (atestada em 1971) de subordinação a uma série de regras morfofonêmicas.

Ensina também que a transcrição ortográfica não deve ser confundida com a transcrição fonética, a que é realizada por meio de um alfabeto fonético. Ainda para Urbano, o que se transcreve não é a língua falada, mas “os elementos segmentais e eventualmente os suprasegmentais, o que se pode enfim chamar de ‘oralidade’ da língua falada”. Assim, o estudioso em referência diz que “não se trata de uma transcrição fonética, mas sim eminentemente ortográfica, que atenta, no geral, às normas gráficas da escrita padrão. Entretanto, na tentativa de revelar alguma feição da produção oral, fazem-se algumas concessões às características da produção oral”.

Esse tipo de transcrição em apreço é susceptível da possibilidade de “apagamento do informante”, entendido como o não-registro de fatos susceptíveis de apreensão pelo transcritor. Esse apagamento pode manifestar-se tanto pela omissão de trechos quanto pela não explicitação de detalhes segmentais e/ou suprasegmentais presentes naquilo que foi dito pelo informante. Em relação a essas duas situações, considerem-se dois trechos de transcrições de dados pertencentes ao projeto “Variação e Mudança Lingüística: o Atlas Geo-sociolingüístico do Pará”. O primeiro ilustra o “apagamento” pelo corte de trecho importante, registrando o seguinte:

(...) “purquê eu nunca tinha passadu pruma festa tãu bunita comu eu passei essa agora, marcô muito na minha vida..., eu jamais vô isquecê (+)/ de lá eu (+) da... da... da... du clubi... eu fui tomá um banhu (+) pra voltá pru insaiu..., tevi um sigundo insaiu..., eu participei du sigundu insaiu i (+) eu insaiei (+)... di lá... eu peguei... fui pru salãu i eli... u... u cabelereru mi cumeçô a mi maquiá (+)... começô a mi maquiá (+)... fez u meu cabelo (+)/ FUI FIUMADA... duranti eu tá nu salãu... eu fui filmada... tenhu a fita (+)... foi mui/ foi um... uma... uma... uma aventura pra mim essi baili” (...)

em vez daquilo que de fato foi dito:

(...)“purquê eu nuncatinha passadu pruma fésta tãu bunita cúmu eu passeiessagóra... eu jamás vôisquecê(+)/ dilá i (+) da... da... da...duclúbi... eu fui tumáumbânhu (+) pravoutá-pruinsáiu... têviumsígunduinsáiu... eu participei dusígundu-insáiu i (+) euinsaiei(+)... djilá... eu peguei... fui... ~~insaiei... erumafaxadjisetchoras da nôitchi... ((?)) prusalãu... areufui- prusalãu iêli... ucabelelêru micumeçô a mimaquiá (+)... fêzumeucabêlu (+)/ FUIFIUMÁDA... durantchieutánusalãu... eu fuifiumáda... tênhuafita (+) foimui/ foium... uma...uma...umaventura pramim essibáili” (...)~~

O segundo, abaixo transcrito, revela um transcritor que se deixa seduzir pelo hábito de utilização da escrita padrão oficial, razão por que se lhe escapam detalhes importantíssimos da oralidade:

(...) “quando separei fiquei sem nada só com os filhos que hoje ainda tenho, não dei nenhum graças a Deus criei trabalhando com ajuda de meus irmãos e alguns da comunidades meus colegas também me ajudaram bastante aí com o passar do tempo meu pai veio a falecer aí ficou minha mãe, aí ficamos trabalhando ajudando sempre e nunca fomos desu-nidos e minha mãe um tempo veio a também adoecer bastante durou um ano e pouco doente mas andava né, depois ela prostou-se e passou muito tempo prostada depois veio a falecer já este ano e: isto doeu muito, mais vamos levando graças a Deus é: hoje estou satisfeita graças a Deus porque criei meu filhos passei tudo isso na vida e: hoje estou criando netos seis netos eu crio ai continuo trabalhando ganhado pouco mais vai dando pra viver” (...)

As situações de “apagamento” que, aqui, serviram de exemplo, é claro, foram detectadas pelo trabalho de revisão criterio-

sa que o projeto anteriormente referido, a cujo corpus os dados pertencem, leva a efeito.²

O SONORO E O TRANSCRITO NO ALISPA³

A palavra transcrever, em si mesma, parece antecipar muito do que se pode discutir sobre a atividade científica a que ela se refere. Em primeiro lugar, ela é “trans”; isso sugere transporte, passagem, trajeto, viagem de um lugar para outro, e parece que é a idéia de ir de um lugar para outro o que ela é em primeiro lugar: o que está falado “viaja” para o grafado. Considere-se em seguida que “cre” lembra que é necessário crer-se no que se ouve, para transcrever: é rezar o credo através do ouvido para o que recolhido foi. Por outro lado, ela também é “ver”, ver o que foi transportado para o visível, para um meio visual. Não precisa dizer que “crever” implica acreditar no que se está vendo, no caso, o que foi transcrito. Mas sobretudo está denunciada no “trans”, acompanhado de “cre” e “ver”, a circunstância de que, para além do que se crê e vê, estão as “viagens”, os construtos do subjetivo, a atear o fogo – às vezes até ardente – das fantasias humanas.

Esse caráter impressionista do que se transpõe para o grafado, resultante da influência da ótica pessoal, preocupa os linguistas que pensam as transcrições. Maria Fernanda B. Nascimento e outros (*apud* URBANO(1993)), afirma a esse propósito que “apesar do rigor com que tentamos reproduzir o oral sem o desfigurar excessivamente, não ignoramos que passá-lo a escrito é fazê-lo sofrer, primeiro por efeito da gravação e, depois, da transcrição,

² HILGERT (1989) afirma que se deve “*submeter a transcrição a um revisor que, possivelmente também tenha experiência de transcritor. Ele conferirá a fidelidade desta com a gravação*”.

³ Atlas lingüístico Sonoro do Pará.

uma série de ‘metamorfoses’, de que sai profundamente empobrecido.” Do mesmo modo, HILGERT(1989) reconhece:

“(...) o que mais compromete a fidelidade da transcrição é o fato de ela ser moldada pela subjetividade com que o transcritor compreende o texto falado.”

Não é somente em relação à árdua tarefa de transcrever que os estudiosos das línguas manifestam preocupação quanto ao caráter tênue dos resultados. Jaberg e Jud(1928) advertem as afoitas ilusões em ciência da linguagem com a tantas vezes repetida lição proferida nos anos vinte:

“Envoyer vingt dialectologues dans le même endroit et vous aurez vingt résultats différents.”

Na mesma medida, subjacente está o problema em Nelson Rossi, (*apud* BRANDÃO (1991)), na introdução do Atlas Prévio dos Falares Baianos:

“Se as cartas não apresentam a nitidez de limites internos que seria desejável, nem sempre nos cabe a nós a responsabilidade. Às razões de serem aquelas e não outras (quem saberia quais?) as perguntas formuladas; de sermos nós e não outros os inquiridores; de serem aqueles e não outros os informantes; de serem as que foram e não outras (quem poderia dizer quais?) as localidades escolhidas; de termos dedicado apenas o tempo que dedicamos a cada inquérito, se não estamos enganados, deve muitas vezes somar-se à própria natureza do tecido emaranhado que se procura deslindar.”

O deslindamento do “tecido emaranhado” a que se refere Rossi passa pela transcrição de dados.

É em virtude da problemática acima tratada que se tem indagado sobre a possibilidade de evitar a intermediação do transcritor representada pela transcrição, seja ela de que natureza for, e oferecer à análise do lingüista o material coletado tanto mais “ao vivo” quanto possível. Exemplifica isso o projeto “O Atlas Lingüístico Sonoro do Pará”(RAZKY e outros (coords.) 1999), que está sendo presentemente executado, cuja formulação esclarece:

“Após a aplicação do questionário fonético-fonológico e a coleta de dados, proceder-se-á à elaboração de um programa interativo através do software ToolBook 6.5. O programa apresentará um mapa das 10 (dez) cidades estudadas. Um sistema informatizado permitirá ao usuário consultar de uma forma instantânea as variações fonéticas sonoras no Estado do Pará, ou seja, ele vai ter a possibilidade de saber, de ouvir, como uma determinada variável é realizada em cada uma destas cidades pesquisadas. A vantagem deste programa é que se vai ouvir a voz do informante, isto quer dizer que seu desempenho lingüístico vai chegar ao usuário sem a intermediação da subjetividade do lingüista, tão comum quando das transcrições fonéticas (...)”

A conseqüência mais importante de se trabalhar nessa direção é sem dúvida a socialização dos *corpora* de modo efetivo, pois dessa maneira mesmo as pessoas leigas, que não têm possibilidade de interpretar alfabetos fonéticos, poderão acessar aquilo que foi registrado nas entrevistas com os 40 informantes de dez cidades do Pará – todos escolarizados até não mais que a 4ª série primária, em duas faixas etárias – tudo isso sem contar a possibilidade de trânsito virtual do *corpus*, a sua globalização instantânea. Além disso, os reparos em análises articulatórias ou acústicas ficam facilitadas. Do mesmo modo, oportuniza-se a comprovação de que os dados existem, e que existem da maneira que foram declarados.

Por outro lado, o armazenamento de dados sonoros facilita o tratamento de *corpus* sonoros e o mapeamento de dados, oportunizando uma “representação cartográfica mais próxima da realidade lingüística”, face à “apresentação de dados reais, que podem ser ouvidos mais de uma vez e retranscritos, se for necessário[...]. A maioria dos atlas linguísticos publicados hoje são atlas impressos em papel. Na última década, a criação de inclusive ferramentas computacionais contribuiu de forma significativa para a mudança de apresentação dos dados geolinguísticos. A classificação automática tornou-se acessível a todos os pesquisadores sem muita experiência na área de informática. A chegada de discos rígidos com capacidade cada vez maiores abriu um caminho interessante para o tratamento de dados sonoros. A ideia de atlas sonoro virou realidade a partir da evolução técnica em termos de espaços físicos cada vez menores com (CD-Rom, DVD) com capacidades maiores para armazenar arquivos de todos os tipos sonoros.” (sic) (Razky(2000)).

Mas a transcrição dos dados não deixa de ser aproveitada no contexto de um atlas sonoro. No ALISPA, por exemplo, será incorporada a transcrição fonética dos dados, de modo que essa mesma transcrição poderá ser acessada paralelamente às falas dos informantes, inclusive com a comodidade de verificar contextos previamente selecionados pelo programa. Esse aspecto “legendado”, no entanto, pertencerá à segunda fase do ALISPA. Presentemente, as tarefas são as de digitalização, limpeza, equalização, compressão, classificação e codificação dos dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, S. F. A Geografia Lingüística no Brasil. São Paulo: Ática, 1991.

- CAMARA JR, J.M.C. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HILGERT, J. G. *A Paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado), USP-SP, inédita.
- JABERG, K. e JUD, J. *Volume d'introduction sur la méthode d'enquête*. Halle: Niemeyer, 1928.
- LYONS, J. *As Idéias de Chomsky*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1991.
- RAZKY, A. e outros (coords.). *Projeto "O Atlas Fonético-Fonológico do Pará"*. Belém: UFPA/ PROINT, 1999.
- RAZKY, A. *Procedimentos Metodológicos para a Elaboração do Atlas Lingüístico Sonoro do Pará, 2000 (esboço, inédito)*.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- URBAÑO, H.: *Reflexões em Torno de um Tema Metodológico no Estudo da Língua Falada: a Transcrição*. In: COLINS, H. (org.). *Intercâmbio*. São Paulo: PUCSP, 1993. V. 3.
- VOTRE, S. J., NARO, A. J. *Mecanismos Funcionais do Uso da Língua*. *D.E.L.T.A.*, v.5.

A INCORPORAÇÃO DO ÍNDIO À HISTÓRIA NO DISCURSO QUINHENTISTA

Luiz Carlos Fernandes
Universidade Estadual de Uberlândia

- **RESUMO:** *O engajamento enunciativo do cronista na composição da figura do índio como referente do discurso quinhentista, explicitado na análise do Tratado Descritivo, de Gabriel Soares de Sousa, caracteriza uma estratégia discursiva que visa o ofuscamento desse "outro". Com base nas propostas da Análise francesa do discurso, estudam-se o emprego de determinadas formas verbais e de certas peculiaridades sintático-discursivas na produção dos efeitos de sentidos relacionados ao homem do Novo Mundo.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Quinhentismo; Crônica de Viagem; Enunciação; Debreaagem.*
- **ABSTRACT:** *The XVIth century chronicler effort on enunciating the Indian as very particular object of his discourse evinces a confident aim to overshadow the image of his "other". Studying Gabriel Soares de Sousa Tratado Descritivo do Brasil em 1587, that articles demonstrates how were established the discursive meanings related to the first new world's inhabitants by means of some linguistical proceedings, like the uses of verbal forms and a few syntactical peculiarities.*
- **KEY WORDS:** *XVIth century; Travelers Chronicals; Enunciation; Shifters.*

1 INTRODUÇÃO

Inscrito na linha teórica da Análise do Discurso, este trabalho parte de conceitos como os de dialogicidade, heterogeneidade enunciativa, polifonia, lugar e situação de enunciação, orientação argumentativa do discurso e persuasão para estudar o relato cronístico de Gabriel Soares de Sousa, um dos principais exemplares da chamada literatura de viagem do século XVI. Essa inclusão

inaugural do indígena das terras americanas no discurso cronístico simboliza a fundação de sua historicidade, ponto de partida para sua incorporação no fluxo da história ocidental. A partir de então, múltiplos olhares se depositariam sobre sua figura até que se produzissem os sentidos que sua imagem evoca até nossos dias.

Considerando a linguagem um lugar de interação, de emergência de subjetividades e de negociação/construção de sentidos, procuramos caracterizar o locutor que está projetado na modalidade discursiva predominante na crônica de viagem, segundo o modo como este se representa e a constituição que confere ao referente e aos interlocutores, identificando ainda as estratégias que norteiam o seu fazer argumentativo.

O caráter interativo e heterogêneo da linguagem empregada no *Tratado Descritivo* evidencia-se no empenho do sujeito enunciativo por imprimir marca de autoridade a seu discurso. Segundo os objetivos que está determinado a atingir, as relações que vai estabelecendo com o universo que descreve, bem como os efeitos que pretende provocar e os comportamentos que deseja desencadear em seus interlocutores instalados na corte, é necessário que demonstre plenamente a legitimidade de seu discurso. Conforme verificamos nesta análise, porém, por trás da aparente homogeneidade da superfície textual, transparecem as marcas do não-dito silenciado e/ou censurado que denunciam, nos interstícios da linguagem, a presença polifônica do outro insinuando-se no espaço discursivo. E é pelo emprego de certas formas verbais, assim como pela ordenação sintático-discursiva predominante que se vai compor, de modo oblíquo e difuso, a imagem do actante indígena como um outro da instância enunciativa cuja participação precisa ser ofuscada.

2 A INSCRIÇÃO DO ÍNDIO NA HISTÓRIA

Na primeira parte do *Tratado*, os capítulos em que o autor faz descrições das tribos moradoras da costa brasileira situam-se ao lado dos que se ocupam das capitânicas hereditárias. A exemplo destes, estão dispostos numa seqüência narrativa que compõe um percurso desde o norte até o sul da costa brasileira. Aqui também repetem-se os capítulos iniciados e encerrados por embreagens à instância enunciativa, componente estratégico da enunciação para garantir a participação do interlocutor na formulação dos argumentos empregados na discursivização do tema indígena. As marcas de tempo, lugar e pessoa presentes nestes embreagens vêm representadas por formas verbais e adverbiais centradas na primeira pessoa do plural. Por outro lado, deslocamentos do tempo narrativo para momentos de referência posteriores aos da enunciação vêm indicados tanto por verbos no futuro do presente como pelo sentido de probabilidade expresso pelo presente do modo subjuntivo. As indicações precisas de deslocamentos temporais ao futuro, desenvolvidas por expressões adverbiais de lugar que remetem a capítulos situados mais adiante na seqüência enunciativa, reiteram a disposição enunciativa de legitimar sua responsabilidade sobre o discurso que vai construindo. É o que se pode observar em passagens como essas:

este gentio é da mesma cor baça, e tem a vida e costumes dos potiguares e a mesma língua, que é em tudo como a dos tupinambás, em cujo título se dirá muito de suas gentilidades" (*Tratado*, p. 62); "parece que não é bem que passemos adiante do rio de São Francisco sem dizermos que gentio é este caeté, que tanto mal tem feito aos portugueses nesta costa, o que agora cabe dizer deles" (*Tratado*, p. 61); "parece razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam aimorés" (*Tratado*, p.78); "tem esse gentio muita parte dos costumes dos tupinambás... e outras

gentilidades muitas que, por escusar prolixidade, as *guardamos* para se dizerem uma só vez. (idem, p. 96)

Em certas passagens, as marcas de deslocamentos do ponto-de-vista do sujeito enunciador fazem com que se confundam os espaços do enunciado enunciado e da enunciação enunciada. Como resultado do emprego na enunciação de verbos na primeira pessoa do plural, cria-se o sentido de inclusão do sujeito enunciatário, com o que se projeta no discurso um sujeito que participa da cena enunciada na qualidade de observador. Atente-se, ainda, para o modo como a função iterativa exercida por perífrases com o verbo "ter" seguido de participípio (Travaglia, 1985, p. 205) serve para reafirmar o empenho enunciativo em fazer um alerta sobre os temidos goitacases:

e como eles são tão esquivos inimigos de todo o gênero humano, não foi possível saber mais de vida e costumes, e o que *está dito* pode bastar por ora; e *tornemos* a pegar da costa; começando dos Ilhéus por diante" (*Tratado*, p. 80); "pois que *temos declarado* quase toda a costa que senhoreavam os goitacaseses, não é bem que nos *despeçamos* dela passando por eles, pois *temos dito* parte dos danos que fizeram aos povoadores do Espírito Santo aos da Paraíba. (idem, p. 95)

O apelo a denegações é muito freqüentemente utilizado nas descrições sobre os costumes da sociedade, sempre que ocorrem debragagens actanciais em torno da figura do índio. O olhar que se lança aí sobre o homem americano denota a expectativa de encontrar refletido em cada detalhe de seu cotidiano simulacros da sociedade branca européia, a qual funciona como uma espécie de marco de referência do fazer enunciativo. O empenho decidido em apontar ausências e faltas deixa implícita a rejeição da maioria dos valores socio-culturais dos índios pelo cronista-enunciador, espe-

cialmente aqueles relacionados à sua organização econômica e militar:

não vivem estes bárbaros em aldeias, *nem* casas, como o gentio, *nem* há quem lhas visse *nem* saiba, *nem* desse com elas pelos matos até hoje... *não* costumam estes alarves fazer roças, *nem* plantar alguns mantimentos; mantêm-se dos frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada, quando têm fogo... *não* pelejam com ninguém de rosto a rosto; toda a sua briga é atraçoada. (*Tratado*, p. 79); *não* se ocupa em grandes lavouras; mantêm-se estes selvagens de caça e peixe do rio, que matam... *não* consentem cabelos nenhuns no corpo, *senão* os da cabeça (idem, p. 96).

A expressão dessa repugnância assume, porém, tom ainda mais veemente nas referências às formas de linguagem adotadas pelos selvagens. Afinal, é justamente à força da palavra que o cronista mais apela para promover a fundação do mundo recém-descoberto, postura herdada das tradições colonizadoras de seus patrícios, sempre tão cuidadosos em ir nomeando tudo o que encontravam nas terras de além-mar como forma de garantir sua posse. O enunciador do *Tratado* confia na palavra enquanto instrumento de legitimação do direito dos brancos sobre a terras dos índios, cuja voz precisa calar para afirmar a superioridade dos primeiros:

... a sua fala é rouca da voz, a qual arrancam da garganta com muita força, e *não* se poderá escrever... (*Tratado*, p. 79); "faltam-lhe três letras do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se *não* têm F, é porque *não* têm fé em *nenhuma* coisa que adorem; *nem* os nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, *nem* têm verda-

de, *nem* lealdade a *nenhuma* pessoa que lhes faça bem. E se *não* têm L na sua pronúnciação, é porque *não* têm lei alguma que guardar, *nem* preceitos para se governarem; e cada um fez lei a seu modo, e ao som da sua vontade; *sem* haver entre eles leis com que se governem, *nem* têm leis uns com os outros. E se *não* têm esta letra R na sua pronúnciação, é porque *não* têm rei que os reja, e a quem obedeam, *nem* obedecem a *ninguém*, *nem* ao pai o filho, *nem* o filho ao pai, e cada um vive ao som da sua vontade. (*Tratado*, p. 302)

Nos enunciados que confrontam, nesses vários capítulos, a situação dos índios dos primeiros tempos da colônia com a situação posterior, projetam-se micro-embregens centradas no “agora” da enunciação, o que significa que, na época em que o *Tratado* foi escrito, grande parte das tribos que habitaram a costa brasileira já haviam sido empurradas para o interior do território. Fica assim pressuposto, entre os dois momentos, um período de expulsão massiva do gentio, sem porém qualquer tentativa de identificação de suas causas, atribuída simplesmente a possíveis confrontos bélicos entre nações inimigas. Apenas muito raramente, como no último dos segmentos abaixo citados, a enunciação deixa escapar, de modo implícito, que a invasão das terras litorâneas tinha sido iniciativa dos povoadores europeus, embora evite considerá-la um ato de violência, mas apenas uma imposição da vontade divina:

...e desta maneira se consumiu este gentio (os caetés), do qual não há *agora* senão o que se lançou muito pela terra adentro, ou se misturou com seus contrários sendo seus escravos, ou se aliaram por ordem de seus casamentos (*Tratado*, p. 62); ...ao tempo que os portugueses descobriram esta província do Brasil, (os tamoios) senhoreavam a costa dele desde o rio do cabo de São Tomé até a Angra dos Reis; do qual limite foram lançados para o

sertão, onde *agora* vivem. (*Tratado*, p. 109); o qual (o tupiniquim) tem *agora* despovoado toda esta comarca, fugindo dos tupininambás, seus contrários, que os apertaram por uma banda, e aos aimorés, que os ofendiam por outra: pelo que se afastaram do mar, e, fugindo ao mau tratamento que lhes alguns homens brancos faziam, por serem pouco tementes a Deus. (*Tratado*, p. 87)

No início do quarto parágrafo do capítulo 19, o relato sobre os inúmeros “danos” causados pelos caetés aos portugueses termina com uma debreagem em que a figuração divina do sujeito destinador da punição prescrita a esses indígenas torna clara a submissão, na formação discursiva do quinhentismo, ao interdiscurso da fé católica. Ao lado dessa retomada do tema da religiosidade no espaço enunciativo, uma micro-embregem instalada pelo pronome demonstrativo em primeira pessoa revela o engamento do enunciador em dar explicação sobre as causas da expulsão dos índios caetés: “cujos danos Deus não permitiu que durassem muito tempo; mas ordenou de os destruir *desta maneira*” (*Tratado*, p. 62).

Ao contrário de outras nações que já haviam se refugiado no interior, os aimorés continuaram a representar grande ameaça para a colonização portuguesa até os anos 80, especialmente no litoral das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus. Debreado no passado dos aimorés, desde os tempos em que viviam numas “seiras mui ásperas”, a voz do discurso acompanha o deslocamento dessa comunidade até a chegada à zona litorânea. Nessa altura, uma embregem enunciativa desencadeada pelo chamado presente histórico, em que se neutraliza o emprego do pretérito perfeito 2 dos verbos “correr” e “descer” em favor do presente do indicativo, faz coincidir o momento em que os aimorés alcançam o litoral pelo rio das Caravelas com o presente da narração. Tal procedimento enunciativo tem a função de presentificar fatos do passado (Fiorin,

1996, p. 207), expressando a surpresa e o clima de insegurança provocados entre os moradores das capitâneas pela movimentação e pelas investidas dos aimorés:

começou este gentio a sair ao mar no rio das Caravelas, junto de Porto Seguro, e corre estes matos e praias até o rio Camamu, e daí veio a dar assaltos perto de Tinhare, e não descem à praia senão quando vêm dar assaltos. (idem, p. 79)

No enunciado das mortes de portugueses por aimorés, inscreve-se, ao lado dos sentidos denotados pelo adjunto adverbial e pela quantificação das vítimas, o efeito de sentido iterativo e de processo ainda não-acabado expresso pela perífrase do verbo “ter” no presente do indicativo seguido de participio passado (Travaglia, 1985, p. 206), com o que se torna mais dramática a situação vivida pelos colonos:

e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos (Tratado, p. 80).

Embora pouco comum no discurso cronístico, a inserção no capítulo 152 de comentários avaliativos do narrador sobre o costume da adoção pelos caciques de meninas que depois transformam em suas esposas representa a reação assombrada do enunciador, homem do quinhentismo europeu, face ao inédito da cultura americana. Nesse caso, observa-se a ocorrência de embreagens actancial e espacial por meio do adjunto “aqui” e de um verbo com sujeito indeterminado:

e se algum principal da aldeia pede a outro índio a filha por mulher, o pai lha dá sendo menina; e aqui se não entende o preceito acima, porque ele a leva para o seu lanço, e a vai

criando até que lhe venha seu costume, e antes disso por nenhum caso lhe toca (idem, p. 305).

A adesão dos indígenas aos programas do sujeito observador voltados para o conhecimento da nova terra é enunciada apenas implicitamente em uma ou outra embreagem ou debreagem; como ocorre no capítulo 147, que trata dos índios tupinambás. Esses “índios muito antigos” aparecem aí como doadores de um enunciador que se faz representar por um sujeito indeterminado, procedimento que vem repetido no capítulo 149, onde a adjuvância é atribuída aos “tupinambás e tupinaés”:

os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo as informações que se têm tomado dos índios muito antigos, foram os tapuias” (Tratado, p. 299); “e assim foram possuídores desta província da Bahia muitos anos, fazendo guerra a seus contrários até a yinda dos portugueses a ela; dos quais tupinambás e tupinaés se têm tomado esta informação, em cuja memória andam estas histórias de geração em geração (Tratado, p. 300)

As marcas dessa colaboração servem comumente para assegurar o sentido de verdade nas debreagens actanciais projetadas por orações subordinadas adjetivas referentes à habitação, manufatura, utensílios, doenças, táticas de guerra e relações de parentesco da sociedade indígena. Neste caso, é conveniente admitir a responsabilidade do índio pelo ato de nomeação:

e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, a que os índios chamam pindoba (Tratado, p. 303); o seu vinho principal é de uma raiz a que chamam aipim (Tratado, p. 311); andam dando o vinho em uns meios cabaços, a que chamam cuias, aos que andam cantando (Tratado, p. 311); fazem cestos de

varas, *a que chamam samburá* (*Tratado*, p. 312); quando este gentio quer tomar muito peixe nos rios de água doce os atravessam com uma tapagem de varas, e batem o peixe de cima para baixo; onde lhe lançam muita soma de umas certas ervas pisadas, *a que chamam timbó* (*Tratado*, p. 312)

São raros os enunciados em que se reconhece a presença de intermediários no processo de cooperação estabelecido com aqueles cujos saberes sobre a terra eram indispensáveis para o sucesso da ação colonizadora dos portugueses. A micro-embregem enunciativa que vem destacada na citação abaixo evidencia a presença, na cena do enunciado, desse adjuvante do sujeito observador:

costuma este gentio, quando anda pelo mato sem saber novas do lugar povoado, deitar-se no chão, e cheirar o ar, para ver se lhe cheira a fogo, o qual conhecem pelo faro a mais de meia légua, *segundo a informação de quem com eles trata mais familiarmente* (*Tratado*, p. 319).

Os maiores atritos nas relações entre índios e brancos no século XVI evidenciam-se nos enunciados relativos à vida espiritual dos indígenas, pois neles se explicitam abertamente juízos de valor do sujeito da enunciação. O predomínio absoluto, na formação ideológica da crônica, dos preceitos espirituais do cristianismo, como não poderia deixar de ser, inviabiliza quaisquer tentativas da enunciação de compreender ou aceitar os costumes religiosos dos “bárbaros” americanos:

entre este gentio tupinambá há grandes feiticeiros, que têm este nome entre eles, por lhe meterem na cabeça mil mentiras... os quais, pela maior parte, não sabem nada, e para se fazerem estimar e temer tomam este ofício, por entenderem

com quanta facilidade se mete em cabeça a esta gente qualquer coisa (*Tratado*, p. 314).

A projeção da figura do diabo no enunciado que descreve a atividade dos pajés tanto pode ser apresentada a partir do ponto-de-vista de um actante indígena, como pode aparecer como asserção do próprio enunciador, o que deixa a impressão de que não se trata apenas da imagem produzida por um delírio ou pela credence exagerada do gentio, mas de uma presença cujo sentido de verdade é abonado pelo próprio narrador. As credences indígenas, sempre assimiladas pelo discurso segundo os critérios impostos pela fé católica, representam-se em enunciados que têm por função deixar patente a rusticidade e o despropósito dos credos indígenas:

mas há alguns que falam com os diabos, que os espancam muitas vezes, os quais os fazem muitas vezes ficar em falta com o que dizem... muitas vezes acontece aparecer o diabo a este gentio, em lugares escuros, e os espanca de que correm de pasmo; mas a outros não faz mal, e lhes dá novas de coisas sabidas (*Tratado*, p. 314)

É compreensível a dificuldade do cronista-enunciador de compreender as razões ancestrais de uma sociedade tão peculiar como a americana: não espanta, pois, que insista em contestar tudo o que nela se diferencia de seus próprios padrões morais e espirituais. Só pode adotar o que já conhece como parâmetro para retratar o diferente: daí o seu grande empenho em descobrir faltas e a dificuldade de enxergar o que há de inédito na realidade do novo mundo. Por isso, renega tudo aquilo que não tem similaridade com os padrões sexuais restritivos, com a desconfiança no trato com o Outro, a mistificação no tratamento de assuntos de estado, componentes predominantes na formação ideológica da sociedade europeia do século XVI a que está vinculado:

são os tupinambás tão luxuriosos que *não* há pecado de luxúria que *não* cometam... e *não* se contentam com uma mulher, mas têm muitas... e em conversações *não* sabem falar *senão* nestas sujidades, que cometem cada hora... e *não* contentes estes selvagens de andarem tão encarniçados neste pecado, naturalmente cometido, são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se *não* têm por afronta” (*Tratado*, p. 308); quando entra algum hóspede em casa dos tupinambás, logo o dono do lanço da casa, onde ele chega, lhe dá a sua rede e a mulher lhe põe de comer diante, *sem* lhe perguntarem quem é, *nem* de onde vem, *nem* o que quer (*Tratado*, p. 316); quando o principal da aldeia quer praticar algum negócio de importância, manda recado aos índios de mais conta, os quais se ajuntam no meio do terreiro da aldeia, onde também se chegam os que querem ouvir estas práticas, porque entre eles *não* há segredo (*Tratado*, p. 317)

CONCLUSÃO

As estratégias monofonizantes do discurso quinhentista, que este *Tratado* é parte, caracterizam-se pelo controle do jogo enunciativo resultante de procedimentos discursivos como os que vamos de descrever: o desdobramento do sujeito da enunciação em observador; as intervenções por meio de embreagens enunciativas, a fixação de um marco enunciativo no além-mar, os esforços de apagamento do outro, etc Sem que, entretanto, se possa evitar o enunciação dos componentes fundamentalmente dialógicos e políticos que são parte constitutiva do mesmo.

O componente de heterogeneidade é parte integrante do discurso cronístico de Gabriel Soares de Sousa: não há como apartar a intervenção nele da figura do outro representado pelo índio. O esforço de silenciamento dessa voz, complementar à denegação

de seus valores culturais e religiosos, demonstra a importância primordial da palavra na constituição das estratégias enunciativas do discurso colonial sobre o Brasil. Ela foi instrumento imprescindível na fundação e transformação da realidade do Novo Mundo pelo colonizador português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, Luiz Carlos. *O olhar português sobre o Brasil: procedimentos discursivos em relatos de cronistas europeus do século XVI*. Araraquara, 2000. Tese (Doutorado). UNESP.
- FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2.ed. Campinas: Editora Unicamp/Pontes, 1993.
- SOUSA, Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O Aspecto Verbal em Português*. A categoria e sua expressão. Uberlândia: Universidade Estadual de Uberlândia, 1985.